

# Diário do Legislativo de 13/06/2006

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 44ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Comemoração dos 25 Anos de Ingresso das Mulheres nas Instituições Militares do Estado

#### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 8/6/2006

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Condução das Bandeiras - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Sargento Rodrigues - Exibição de vídeo - Palavras do Cel. PM Hélio dos Santos Júnior - Exibição de vídeo - Palavras do Cel. BM Vinícius Silveira Fulgêncio - Entrega de placas - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação musical.

#### Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG -; Coronel BM Vinícius Silveira Fulgêncio, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais - CBMMG -, Cel. BM José Honorato Ameno; Cel. PM Eduardo Mendes de Souza, Chefe do Estado-Maior da PMMG; a Exma. Sra. Cel. PM Maria de Lourdes Faria Ferraz, Diretora de Saúde, representando as mulheres policiais e bombeiros militares femininos; e o Exmo. Sr. Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

#### Registro de Presença

A locutora - Registramos a presença das Exmas. Sras. Gilse Consenza, Presidente do PCdoB de Belo Horizonte; e Cláudia Pessoa, Diretora do Movimento Popular da Mulher.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A locutora - Destina-se esta parte da reunião à comemoração dos 25 anos de ingresso das mulheres nas instituições militares do Estado. Neste momento, convidamos as militares de cada unidade aqui representada para se posicionarem.

#### Condução das Bandeiras

A locutora - Neste instante, as Bandeiras Nacional e do Estado de Minas Gerais serão conduzidas por uma policial militar e um bombeiro militar feminino.

- Procede-se à condução das bandeiras.

#### Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será cantado pelo tenor 1º-Sgt. Antônio Vicente Soares, da PMMG.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Exmos. Srs. Deputado Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente; Cel. Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; Cel. Vinícius Silveira Fulgêncio, representando o Cel. José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. Eduardo Mendes de Souza, Chefe do Estado-Maior da PMMG; e Cel. Maria de Lourdes Faria Ferraz, Diretora de Saúde, representando policiais e bombeiros militares femininos.

Nesta semana, a mais antiga polícia do Brasil completa 231 anos. Os mineiros a conhecem pela bravura dos seus integrantes, pelo trabalho dedicado a cada cidadão. Assim também é o nosso Corpo de Bombeiros. E não poderia ser diferente, pois, por muito tempo, formaram uma única corporação. Construíram, juntos, uma história de respeito e admiração, sendo ambos reconhecidos como aqueles que assistem, que socorrem e que amparam todos, durante 24 horas por dia. Qualquer instituição no mundo é duradoura quando os seus integrantes a constroem, dia a dia, ano a ano. A nossa polícia e o nosso Corpo de Bombeiros não são diferentes.

Este Deputado, que, por duas vezes, homenageou a Polícia Militar de Minas Gerais nos seus 225 e 230 anos, e o Corpo de Bombeiros, nos 5 anos de desvinculação, sempre neste Plenário, notou que faltava ainda falar de algo muito especial. Então, para homenagear as bravas mulheres, estamos aqui hoje.

O ano era 1981. Ainda respirávamos o período conhecido como Anos de Chumbo, mas lá estavam elas, caminhando para a Rua Diabase, 320, no Bairro Prado, em Belo Horizonte. O lugar era o Departamento de Instrução, que hoje se chama Academia de Polícia Militar.

Quanto tempo se passou! Àquela época, sabiam que iam encontrar um ambiente não acostumado às vozes femininas. Sabiam que teriam que construir a sua própria estrada, conquistar o seu lugar. Muitas vinham do interior. Inexperientes, deixavam para trás familiares e amigos. Todavia estavam decididas e munidas do sonho de ingressar nas fileiras da Polícia Militar.

Nos primeiros dias de academia, depararam com muita coisa nova; a disciplina era rígida. Quantas foram as vezes que essas mulheres não puderam retornar às suas casas, pois estavam em serviço! Quantas noites passaram estudando para as provas do dia seguinte! Quantas lágrimas derramaram por não estarem perto da família!

No começo, muitos policiais as olhavam com certo machismo e preconceito. Tiveram de superar inúmeros obstáculos, pois tudo era muito novo para elas, bem como para os que lá sempre estiveram sem a presença feminina. Todavia, nesta vida, o tempo se encarrega de tudo. Passou-se o período acadêmico, e elas foram designadas para a companhia de polícia feminina. E, alguns anos depois, puderam também ingressar no Corpo de Bombeiros. A partir daí, trouxeram vida nova às nossas instituições militares.

Não podia ser diferente, pois a criatura a quem Deus confiou a missão de trazer ao mundo os seus filhos é, sem dúvida, o mais especial dos seres.

Vocês, mulheres, já nascem com o dom natural de gerar e dar a vida. E digo isso com amplo sentido, pois este ato tanto pode ser fazer viver quanto se doar e entregar por inteiro, e até mesmo morrer se, em jogo, estiver outro alguém. Temos aqui representadas duas corporações, que, entre as funções exercidas, está, em primeiro lugar, a de preservar a vida, cuidando do bem-estar e da segurança de todos. Ninguém faz isso mais naturalmente e melhor do que vocês, mulheres.

Há quem as chame de sexo frágil! Como considerar frágil um ser que gera, cria, educa, cuida, ama, estuda e ainda trabalha? E o mais impressionante: exerce todas essas funções, muitas vezes ao mesmo tempo, com a mesma dedicação, empenho e competência, e sem perder a graciosidade que lhes é peculiar. É a razão e a emoção convivendo em perfeita sincronia.

Esta homenagem é um reconhecimento justo e democrático do espaço que vocês conquistaram. Hoje as mulheres têm fundamental importância para as corporações. Estamos homenageando e reconhecendo não só essa conquista, mas também a igualdade entre homens e mulheres.

Não há no mundo palavra que melhor traduza o amor do que 'mãe', e isso só vocês mulheres podem ser. Não foi à toa que Deus assim determinou.

Parabéns a todas vocês! Recebam deste eterno companheiro o reconhecimento da importância do trabalho prestado à sociedade mineira. Agradeço-lhes terem trazido às nossas instituições o singular e indescritível toque feminino. Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistir ao vídeo institucional da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras do Cel. PM Hélio dos Santos Júnior

Boa tarde, Exmo. Deputado Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente desta Casa; Cel. Vinícius Silveira Fulgêncio, representando o Cel. José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; Cel. Eduardo Mendes de Souza, Chefe do Estado-Maior da PMMG; Cel. Maria de Lourdes Faria Ferraz, Diretora de Saúde, representando as mulheres

da Polícia Militar; Deputada Jô Moraes; Deputado Célio Moreira; Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a este evento.

A Polícia Militar de Minas Gerais celebra, no dia 9 de junho próximo, com muito orgulho, os seus 231 anos de dedicação à causa da segurança pública. Para comemorar essa importante data, foram programadas várias atividades em todo o Estado, com o objetivo de divulgar para a comunidade e para os integrantes da instituição os grandes feitos dos milicianos das alterosas, herdeiros e continuadores da saga de Tiradentes.

Honra-nos, sobremaneira, comparecer à Casa do povo. A Polícia Militar, durante seus longos anos de história, recebeu as mais calorosas homenagens em reconhecimento ao seu trabalho de bem servir os mineiros, realizado pelos seus nove integrantes. Atualmente, 39 mil homens e mulheres, no serviço ativo, estão estrategicamente distribuídos pelos quatro cantos do Estado. Porém a homenagem que lhe é prestada nesta data tem dois motivos especiais para honrar-nos ainda mais, certo que figurará entre os momentos mais representativos de sua existência, marcada por grandes feitos em defesa de Minas Gerais e do Brasil.

O primeiro motivo que muito nos honra é a corporação estar sendo homenageada pelo Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, mais especificamente por um dos representantes desta 15ª Legislatura, o ilustre Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que originou esta sessão solene.

Nesta Casa, encontram-se os lídimos representantes do povo, homens e mulheres que nasceram vocacionados para transformar em realidade, por meio da norma escrita, a vontade e os anseios de cada cidadão das terras de Tiradentes. Missão difícil - difícil tal qual a missão de proteger a sociedade de ações vis, promovidas pelos que caminham à margem da lei. Se é difícil, é também nobre e reconfortante, na medida em que possibilita àquele que a desempenha sentir a verdadeira gratidão do ser humano, que se viu respeitado pela postura ética que norteia a atuação dos homens públicos. Assim, esse sacerdócio praticado por cada um dos representantes desta Casa Legislativa, em prol das Minas Gerais, é o primeiro motivo de nosso orgulho no dia de hoje.

O segundo motivo que torna esta homenagem uma das mais importantes já recebidas pela Polícia Militar é o fato de ela estar sendo prestada não aos seus comandantes, mas a uma de suas importantes representantes, a mulher policial militar, em comemoração aos seus 25 anos de ingresso nas fileiras da PMMG. Se na vida devemos muito a elas - por motivos que longamente poderíamos discorrer, mas que neste momento me permito não desfiá-los -, na Polícia Militar não tem sido diferente.

Por meio do Decreto nº 21.336, de 29/5/81, o ilustre Governador Francelino Pereiracriou a Companhia de Polícia Feminina da PMMG, estabelecendo, no mesmo diploma, normas para a formação daquelas que foram as pioneiras no policiamento ostensivo, contando com sua presença. A convicção que moveu o então Governador Francelino Pereira a acatar sugestão do Comando da PMMG, para a inclusão de mulheres nos seus quadros, comprovou-se facilmente. As atividades e funções essencialmente desenvolvidas pelas policiais somente aumentaram e demonstraram a sua importância. O seu emprego em atividades de cunho operacional e administrativo ganhou força com o passar dos anos e com a evolução da própria sociedade. Hoje as mulheres da Polícia Militar estão presentes em todo o Estado, desempenhando relevante papel nas áreas de ensino, saúde, meio ambiente, trânsito urbano e rodoviário, operações especiais, radiopatrulhamento aéreo e policiamento ostensivo geral e de guardas. Sua participação nos níveis estratégico e intermediário da instituição é também uma realidade. Essas profissionais contribuem de forma brilhante para a formatação dos rumos da Polícia Militar.

Continuar a reconhecer o seu valor, depois desses 25 anos de destacada atuação na busca da paz social, é para nós momento de grande satisfação. Parabenizo-as e agradeço-lhes o trabalho e a dedicação à causa pública, em especial àquelas que integram a memorável turma de formandas de 2/4/82 - um total de 112 novas 3º-Sargentos, desbravadoras dessa realidade de incontestável sucesso institucional.

Estejam certos, ilustre Deputado Sargento Rodrigues, senhoras e senhores, que, ao comemormos os 231 anos de existência da PMMG, renovamos o nosso compromisso de propiciar mais e melhores condições de trabalho a todos os seus integrantes.

Nesses dias em que o crime organizado intensifica incursões em diversas regiões do País, afrontando as instituições mais sagradas do Estado Democrático de Direito, não nos furtaremos da nossa obrigação de diariamente buscar a realização de investimentos que propiciem a esses profissionais condições dignas de combatê-lo.

Sob esse aspecto, esta Casa também é o lugar ideal para registrar um testemunho deste Comandante-Geral - ressalte-se, situação funcional efêmera e passageira -, decorrente unicamente da confiança depositada pelo Exmo. Sr. Aécio Neves, Governador do Estado, em um profissional que ama a instituição como todos os outros milhares que a ela servem.

O testemunho a ser registrado refere-se às posturas sérias e inteligentes assumidas pelo Governador do Estado e pelo Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel, Secretário de Estado de Defesa Social, na gestão de conflitos inerentes à segurança pública e nos momentos em que lhes apresentamos as demandas institucionais necessárias à implementação de melhores condições de trabalho para a nossa tropa, acolhendo-as de pronto e demonstrando que a área de segurança é realmente prioridade do governo.

"Para descansar, temos a eternidade", disse, por diversas vezes, a amigos, políticos e colaboradores, Dr. Tancredo Neves, um dos mais ilustres representantes que já passaram por esta Casa e que foi Governador do Estado de Minas Gerais. Pela grandeza da obra que edificou para Minas e para o País, vê-se que esse seu filho realmente trabalhou na busca da liberdade e na conquista da democracia. Sabia ele que os desafios a serem vencidos eram muitos. Superou-os todos, deixando-nos um grande exemplo de vida. Elegemos também o trabalho incansável pela busca da paz social como o lema da instituição. Para realizá-lo de forma eficiente e proativa, temos privilegiado os valores e o potencial dos nossos talentos humanos.

Esse foco nas pessoas e em suas virtudes tem-nos possibilitado vencer momentos difíceis, proporcionando-nos amadurecimento para enfrentar o futuro.

A esses atores da busca da paz social, em especial as mulheres - motivo principal desta reunião -, o meu muito-obrigado. Aos ilustres membros desta Casa agradeço o respeito e o apreço que dedicam à Polícia Militar e aos seus integrantes.

Continuamos contando com a participação de V. Exas. no trabalho realizado pela Polícia Militar em benefício do povo mineiro. Muito obrigado! Boa tarde a todos.

Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras do Cel. BM Vinícius Silveira Fulgêncio

Exmos. Srs. Deputado Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, representando o Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Cel. Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar; Cel. Eduardo Mendes de Souza, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Maria de Lourdes, Diretora de Saúde, representando as mulheres policiais bombeiras militares; em especial, Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Deputada Jô Moraes; Deputados; senhoras e senhores oficiais e praças do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais; senhoras e senhores, boa tarde.

Inicialmente, agradeço, em nome do comando da corporação, o convite para participarmos desta solenidade e cumprimento o nobre Deputado Sargento Rodrigues, oriundo de nossas fileiras, pela brilhante iniciativa, quando se comemoram os 25 anos do ingresso das mulheres nas instituições militares do Estado.

Reportando à história, em meados do séc. XVIII, por meio da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, iniciou-se a entronização da mulher como força de trabalho - a princípio, em condições inóspitas, sem qualquer direito trabalhista, com uma carga horária de até 18 horas por dia. Paulatinamente, elas foram conquistando seu espaço, à custa de muita luta, até adquirirem a posição atual.

No Brasil, em 1976, as mulheres representavam 29% da população economicamente ativa, atingindo 43% em 2002. Durante esse período, houve um incremento de 25 milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, o que atesta a importância do segmento feminino na força de trabalho de nosso país. Hoje, praticamente a metade dos trabalhadores brasileiros, em torno de 47%, é composta de mulheres.

Em 1981, de forma pioneira, a PMMG promoveu o primeiro concurso público para o acesso de policiais femininas na instituição. A primeira turma teve como madrinha a então Secretária de Turismo Maria Elvira.

A princípio eram vistas com certa desconfiança, por estarem entrando em um reduto até então eminentemente masculino; havia dúvidas quanto à capacidade laborativa daquelas policiais militares, e o futuro era incerto.

A entrada da mulher numa instituição militar apresenta, desde logo, a dificuldade inerente à inovação, implicando a necessidade de vencer resistências e tabus. Por outro lado, o processo de feminização introduz, por arrastamento, um segundo fator muito importante: a família.

Uma das diferenças mais marcantes entre o homem e a mulher quanto ao desempenho da profissão militar deriva dos papéis distintos que um e outro detêm na célula familiar. Assim, as mulheres militares são levadas à duplicidade de ações: no campo profissional e no doméstico, exigindo uma articulação complexa de características pessoais e familiares. Os cuidados com o lar, com os filhos e com a família contrapõem-se ao trabalho dentro da instituição. No entanto, a área militar tem representado para as mulheres um campo de atividade não tradicional que estão a conquistar rapidamente.

Pouco a pouco, com tenacidade e rompendo barreiras, as bombeiras e as policiais femininas, a exemplo das primeiras trabalhadoras do séc. XVIII, foram superando as dificuldades advindas de uma nova carreira e consolidaram sua importância nas instituições militares, como hoje se reconhece.

E, no percurso destes 25 anos, o que vivenciamos foi uma humanização das instituições militares, com marcada influência positiva na mudança de hábitos. A vida castrense se tornou menos rude e abriu espaço para a sensibilidade e a tomada de novos trajetos.

Portanto é importante, neste momento, ressaltarmos o papel dessas servidoras militares e fazermos um agradecimento sincero. No serviço policial militar e na atuação como bombeiros militares, demonstram dedicação e competência, quer na atividade-fim das corporações, quer na área administrativa. A essas qualidades, aliaram sensibilidade, beleza, carinho, bom gosto, amizade e camaradagem. Que possamos, cada vez mais, encontrar em vocês um espelho para uma sociedade mais justa e democrática no cumprimento do nosso dever. Muito obrigado.

#### Entrega de Placas

A locutora - O Deputado Rogério Correia, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Cel. PM Hélio dos Santos Júnior de placa alusiva a esta homenagem. Convidamo-los a se posicionarem no local indicado pelo cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "A presença feminina na Polícia Militar de Minas Gerais representa uma contribuição valorosa para a instituição e para toda a sociedade, pois ajuda a tornar mais humano o ambiente de trabalho, além de aprimorar as funções desempenhadas pela corporação. A homenagem e o reconhecimento do Parlamento mineiro às policiais militares do Estado pelos relevantes serviços prestados ao longo dos últimos 25 anos".

O Sr. Presidente - Convido também o Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, e a Cel. PM Maria de Lourdes, que aqui representa as mulheres do Corpo de Bombeiros e as policiais militares, para participarem também da entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

A locutora - Convidamos agora o Cel. BM Vinícius Silveira Fulgêncio para receber a homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "O ingresso das mulheres no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais foi um marco de inovação e de abertura ao espaço por elas conquistado no plano profissional. Desde então, a corporação se fortaleceu e evoluiu. A homenagem da Assembléia Legislativa a todas as mulheres que integram o Corpo de Bombeiros pelo comprometimento e seriedade do seu trabalho em prol do povo mineiro."

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Cel. Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado; Cel. Vinícius Silveira Fulgêncio, representando o Cel. José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado; Cel. Eduardo Mendes de Souza, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais; Cel. Maria de Lourdes Faria Ferraz, Diretora de Saúde, representando as mulheres policiais e bombeiros militares femininos; Deputada Jô Moraes e Deputados Domingos Sávio, Célio Moreira, Gustavo Valadares e, em especial, o companheiro, colega e amigo, Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Em primeiro lugar, trago a homenagem de toda a Assembléia e parabeno o Deputado Sargento Rodrigues pela sensibilidade de propor essa comemoração. Ele tem tido uma atuação especial na área de segurança pública, particularmente na defesa dos policiais militares, que têm um representante à altura da corporação. Ao meu lado, ele fundou a Comissão de Segurança Pública nesta Casa, após a realização da CPI do Narcotráfico, que recomendou a existência permanente da Comissão. Parabeno-o por mais este incentivo à Polícia Militar, hoje, em especial às policiais militares e do Corpo de Bombeiros do Estado.

O séc. XX foi, sem nenhuma dúvida, o século das maiores conquistas femininas. Assim, homens e mulheres vêm aprendendo a desempenhar, com consciência, novos papéis no contexto das mais recentes transformações sociais.

As instituições militares, tradicionalmente território masculino, também se abriram à presença feminina. Tanto nossa Polícia Militar quanto o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais contam hoje com relevantes serviços prestados por seus contingentes femininos.

Para a Polícia Militar, agente integrador de nossa história, desde o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, que abrigou em seus quadros Tiradentes, nosso maior herói, abriu-se, há 25 anos, um novo capítulo em sua trajetória. Esse capítulo passou a ser escrito num novo momento, em que a sociedade brasileira exigia um novo modelo de policiamento urbano, adequado à democracia e aos princípios dos direitos humanos. A contribuição das mulheres tem, desde então, tornado o serviço policial mais humano e sociável. Um olhar feminino vem configurando uma atuação comunitária mais intensa e efetiva.

Aliada à tensão diária do trabalho nas ruas, a missão da Policial Militar tem sido de ajuda às pessoas e de serviço ao próximo. Também nosso Corpo de Bombeiros, encarregado das ações de defesa civil e de proteção e socorro públicos, passou a contar, a partir de 1993, com um pioneiro Corpo de Bombeiros feminino. A formação e a inclusão dessas primeiras bombeiras mostraram que as mulheres estão perfeitamente integradas para a execução de todas as atividades do Corpo de Bombeiros.

Todas estão compromissadas com a defesa da vida, da integridade física e da dignidade da pessoa humana.

Cumprimentamos, portanto, as duas instituições e seu elemento feminino, que não só acompanham a evolução da sociedade como correspondem às expectativas e às aspirações da comunidade que integram.

Não nos surpreenderá o momento em que as mulheres serão alçadas aos postos mais altos de comando. Brincava com o Deputado Sargento Rodrigues e com os Coronéis aqui presentes, dizendo que, daqui a um tempo, estaremos lá em baixo, e elas aqui, nos postos de comando, fazendo outras homenagens. Não nos surpreenderá que este momento seja alcançado após tantas lutas que enfrentam. Para elas, nenhum obstáculo é intransponível. Esses são apenas detalhes que o tempo se encarregará de preencher, pois lutas maiores já foram vencidas.

Em homenagem à determinação e ao trabalho da policial mineira, lembramos o poema que Pablo Neruda dedica às mulheres: "Elas sorriem quando querem gritar/ elas cantam quando querem chorar/ elas choram quando estão felizes/ elas riem quando estão nervosas/ elas brigam por aquilo em que acreditam/ elas levantam-se para a injustiça/ elas não levam 'não' como resposta/ quando acreditam que existe melhor solução".

Saudamos, portanto, o espaço conseguido pelas mulheres militares, o qual se situa não abaixo ou acima, mas sempre ao lado dos homens. Muito obrigado!

#### Apresentação Musical

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sob a regência do músico Ten. José Geraldo dos Santos. A primeira música será cantada pela soprano Cb. Luciana Lages - "Besame", de Flávio Venturini -, e a segunda música é um instrumental - "Eleanor Rigby", dos Beatles.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Participação Popular NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 6/6/2006

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Tereza Lara e Maria Olívia (substituindo esta ao Deputado José Milton, por indicação da Liderança do BPSP) e o Deputado Edson Rezende (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Edson Rezende, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão, com a finalidade de debater sobre o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2006.

Edson Rezende, Presidente.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 45ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 14/6/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Prosseguimento da votação da indicação do nome de Avani Avelar Xavier Lanza para compor, como membro, o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da Indicação do nome de Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado para compor, como membro, o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da Indicação do nome de Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben para compor, como membro, o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da Indicação do nome de Francisco César Sá Barreto para compor, como membro, o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da Indicação do nome de Faíçal David Freire Chequer para compor, como membro, o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.381/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 032/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Frigorífico Tamoyo Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.382/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 023/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC Inco.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.168/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fortuna de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 14/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.154/2006, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.174/2006, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.191/2006, do Deputado Domingos Sávio; e 3.207/2006, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 14/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.873/2005, do Deputado Ermano Batista.

Requerimentos nºs 6.600/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.604/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.614/2006, do Deputado Jayro Lessa; 6.618/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.632/2006, do Deputado Bilac Pinto; 6.635/2006, do Deputado José Henrique; 6.645/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 6.646/2006, do Deputado Doutor Viana; e 6.650/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 14/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater questões relativas à destinação de recursos para a construção das Barragens de Peão, de Galheiros e de Setúbal, localizadas na Região Norte de Minas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão Especial Sobre Governança Ambiental, a realizar-se às 14h30min do dia 14/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata e leitura da correspondência recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o tema "Conhecimento, pesquisa tecnológica e suas possibilidades na gestão ambiental" e os subtemas "O papel das universidades e centros de pesquisa tecnológica na formulação de políticas públicas de meio ambiente", "Inovações tecnológicas para a gestão de efluentes e de resíduos sólidos nas atividades industriais e agrícolas", "O papel do zoneamento econômico-ecológico na contribuição para a governança ambiental" e "Monitoramento e informação - a importância da metrologia química e ambiental para a gestão ambiental".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 14/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.661/2006, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elbe Brandão e os Deputados Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, George Hilton, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/6/2006, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 2.955/2006, da Deputada Ana Maria Resende, 2.937/2006, do Deputado João Bittar, 3.077/2006, do Deputado Dimas Fabiano, 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, 3.172/2006, do Deputado Rogério Correia, 3.322/2006, do Deputado George Hilton, 3.323/2006, do Deputado Gustavo Valadares, 3.324/2006, do Deputado Gustavo Valadares, 3.333/2006, dos Deputados Domingos Sávio, Gil Pereira, Jayro Lessa, Sebastião Helvécio, Dilzon Melo, José Henrique, da Deputada Elisa Costa, dos Deputados Luiz Humberto Carneiro, Biel Rocha, da Deputada Vanessa Lucas, dos Deputados Sávio Souza Cruz, Antônio Júlio, Ivair Nogueira, Fábio Avelar e Gustavo Corrêa, 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, e de discutir e votar o parecer para turno único do Projeto de Lei nº 3.329/2006, da Deputada Jô Moraes, e de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.842/2005, da Deputada Jô Moraes, 2.908/2005, do Deputado Roberto Carvalho, 2.932/2006, do Deputado Fábio Avelar, 3.043/2006, do Deputado André Quintão, 3.316/2006, do Governador do Estado, 3.325/2006, da Deputada Lúcia Pacífico, 3.326/2006, da Deputada Maria Tereza Lara, 3.328/2006, da Deputada Elisa Costa, 3.331/2006, do Deputado Paulo Cesar, 3.332/2006, do Deputado Domingos Sávio, 3.359/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria, e 3.372/2006, do Deputado Rogério Correia; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Biel Rocha, Domingos Sávio e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de subsidiar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.880/2005, que altera a Lei nº 12.733, de 30/12/97, e debater a regulamentação do Fundo Estadual de Cultura - FRC -, a ser elaborada pela Secretaria da Cultura; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2006.

Gil Pereira, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2006, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2006.

Leonardo Quintão, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Especial sobre Governança Ambiental

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Carlos Gomes, Adalclever Lopes e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/6/2006, às 9h30min, no auditório da Fiemg em Montes Claros, com a finalidade de debater o tema "Agenda ambiental regional - principais setores atendidos e problemas", com a presença dos seguintes convidados: Srs. Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -; Shelley de Souza Carneiro, Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -; Athos Avelino, Prefeito Municipal de Montes Claros; Vasco Praça Filho, Prefeito Municipal de Paracatu; Sebastião Ildeu Maia, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros; Maria Romualda Oliveira Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu; Robson Braga de Andrade, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; Roberto Simões, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -; Professor Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes -; José Eduardo Vargas, Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Noroeste de Minas; Maria Cláudia Pinto, Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Norte de Minas; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2006.

Paulo Piau, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Protocolo de Quioto

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Doutor Ronaldo, Dimas Fabiano e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2006, às 14 horas, na Câmara Municipal de Patos de Minas, com a finalidade de se debater o tema "A experiência de aplicação do MDL na suinocultura da Granja Becker e o potencial do setor em Minas Gerais", com a presença dos seguintes convidados: Willian Gomes Eugênio, Sócio-Gerente da Granja Becker; Jadir Oliveira Silva, Coordenador de Licenciamento Ambiental do IEF; Paulo Furtado, Gerente Regional da AGCert S.A.; Daniel Honda, Gerente Comercial da Sansuy S.A. Indústria de Plásticos, e de se



discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

42ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

Discursos Proferidos em 6/6/2006

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, público das galerias, há algum tempo os cidadãos de Corinto lutam para ter acesso a cursos superiores de graduação no Município. E, há muitos anos, o Município de Corinto respalda as ações da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

Atualmente, funciona em Corinto um núcleo da Unimontes, cuja instalação se deu em 1999. Os cursos oferecidos, em módulos, são Normal Superior e Educação Infantil, que possibilita habilitações em magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental e em magistério da educação infantil. Esse núcleo ainda oferece cursos de Educação Física e Pedagogia, também em módulos.

As turmas têm crescido consideravelmente e a demanda de alunos só tende a aumentar. Os cursos possibilitam a melhoria do ensino básico por meio da qualificação de professores, o que é extremamente importante ao desenvolvimento de uma educação de qualidade para as nossas crianças e os nossos adolescentes. Portanto, é de grande importância e relevância o papel desempenhado pela Unimontes não só em Corinto, mas também nos Municípios das regiões do centro, do Norte e do Vale do Jequitinhonha, possibilitando a chegada do ensino superior a todos os habitantes dessas regiões.

Por tudo isso muito se tem discutido a possibilidade de implementação de um "campus" avançado no Município de Corinto. Segundo informações, a Unimontes já recebeu, inclusive em setembro de 2002, doação de terreno de mais de 146.000m<sup>2</sup> para a construção do "campus". O desafio da implementação de um "campus" avançado nesta região deve ter a participação de todos os setores envolvidos, lideranças comunitárias, empresariais e políticas, a fim de que seja feita da melhor forma possível. Além disso, são notáveis as inúmeras vantagens que esse "campus" trará não só a Corinto, mas também a todos os Municípios da região.

Mas, infelizmente, toda luta para melhoria encontra obstáculos e contratempos. Tive a informação de que a Unimontes havia afirmado que eu, Deputado Célio Moreira, estava sendo um obstáculo ou um impedimento para a instalação do "campus" avançado em Corinto e que estava dificultando a solução e o atendimento de demandas vinculadas à população da cidade. Ora, tal afirmação, obviamente, não passa de boatos maldosos, vindo de pessoas que preferem destruir em vez de somar, que não levam nem oferecem nada a Corinto.

Como poderia eu ser um obstáculo se, tão logo tomei conhecimento dos anseios da população da minha querida cidade de Corinto e dos Municípios vizinhos, apresentei requerimentos nesta Casa solicitando informações à Unimontes sobre a possibilidade de se levar um "campus" avançado para essa região? Apresentei, inclusive, na Comissão de Educação, requerimento solicitando audiência pública para discutir o assunto com representantes da Unimontes, do Instituto Superior de Educação, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Prefeitura de Corinto, da Coordenadoria do Núcleo Normal Superior de Corinto; com o Juvenal, Presidente da Câmara, com o Vereador Raimundão, o Vereador Manuelzinho, o Vereador Faustinho e demais representantes da região.

Em minhas mãos, está a prova de que tudo isso "não passa de boato maldoso, fruto de maledicência, sempre repugnante e condenável", conforme palavras do Reitor da Unimontes, que me enviou esta correspondência, desmentindo qualquer afirmação maldosa que tenha sido feita à minha pessoa.

Gostaria de ler um trecho dessa carta: "Em nenhum momento, em nenhuma circunstância, sob nenhum pretexto, afirmamos a quem quer que seja que V. Exa., Deputado Célio Moreira, valoroso parceiro da nossa universidade, tenha sido obstáculo ou impedimento para qualquer iniciativa destinada à solução e ao atendimento de demandas vinculadas à população de Corinto, onde, para nossa honra e orgulho, fomos distinguidos com o título de cidadania honorária. O que tiver sido ou for afirmado em sentido contrário não passa de boato maldoso, fruto de maledicência, sempre repugnante e condenável. V. Exa., caríssimo amigo Deputado Célio Moreira, foi e continuará sendo merecedor do nosso respeito, da nossa amizade e da nossa profunda admiração. Este Reitor e a Unimontes não poderão prescindir jamais do seu apoio e da sua valiosa e indispensável solidariedade."

Portanto, caros amigos, venho a esta tribuna apenas para esclarecer esses fatos e reafirmar a minha postura séria perante todos os cidadãos e a população de Corinto. Por isso faço questão de reafirmar o meu compromisso não só para a melhoria da região de Corinto, mas para o desenvolvimento e a garantia de direitos fundamentais a todos os cidadãos mineiros.

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, na semana passada alguns representantes de Corinto estiveram aqui e se reuniram com um Deputado desta Casa, que disse ao ex-Prefeito daquele Município que este Deputado estava sendo obstáculo para a implantação do "campus" da Unimontes ali. Em junho, houve esse boato. Como foi lido, em março apresentei requerimento solicitando a realização de audiência pública em Corinto, para esclarecimentos e para ouvir da Unimontes e do governo de Minas sobre possibilidades. Pessoas que não querem o bem desse Município, quando vêem alguém lutando por ele, levando-lhe benefícios, recursos, ficam como aves agoureas, agourando o trabalho. Quero deixar registrado nos anais desta Casa, como já disse, que algumas pessoas não somam nada, não levam a nada, são perdedoras, não têm senso do ridículo e tentam fazer da comunidade de Corinto uma massa de manobra, ou seja, tentam levar as pessoas para um lado e para outro. Mas a verdade foi apresentada pelo Reitor da Unimontes, que disse sobre a nossa parceria, o nosso empenho em tentar implantar o "campus" dessa universidade para Corinto. Essas pessoas afirmaram que estiveram com o Reitor. Isso é mentira.

O Vereador Manuelzinho, pessoa simples e humilde, que muito admiro, esteve aqui e me relatou esse fato. Trata-se de homem de conduta ilibada, excelente edil do Município.

Portanto, pessoas de má índole, de mau caráter, levaram essa mentira à cidade de Corinto. Todavia, como diz o ditado popular, "mentira tem perna curta". Apresentei a verdade aos alunos e aos professores da Unimontes, aos Vereadores e às lideranças comunitárias e empresariais da cidade. Mostrei a carta do Reitor, em que ele fala do nosso trabalho, do nosso empenho em levar o "campus" para Corinto.

Levaram até lá um Deputado para falar mentiras às pessoas. Na verdade, não sei se ele sabe onde fica Corinto. No entanto, a população do Município sabe que essa pessoa está tentando entrar lá com mentiras. Imaginem o que será da cidade! O que essa pessoa fará pela cidade se está levando mentiras, desordem, praticando atos que não nos levam a lugar algum?

Está em minhas mãos a carta do gabinete do Reitor, segundo a qual o que se semeou em Corinto não passa de boatos maldosos, de mentiras. De acordo com esse boato, eu seria um obstáculo à implantação do "campus" da Unimontes na cidade.

Ficam registradas, nos anais desta casa, as minhas palavras, que resgatam a verdade do fato. Não admitirei que alguém use o meu nome para fazer um inferno na cidade. Sou cidadão de Corinto, onde tenho residência. Amo essa cidade. Lutarei para que Corinto receba deste parlamentar e do governo condições para melhorar a qualidade de vida do seu povo sofrido, que há muito tempo vem sendo enganado por alguns. Na época das eleições, eles aparecem para fazer promessas, mas sabemos que não as realizarão.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, fica registrada a nossa indignação. Como disse, mentira tem perna curta. Deixo aqui as provas, os fatos.

Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Deputado Célio Moreira, o discurso está sendo feito para mim. Diante disso, pretendo esclarecer alguns fatos. Não me envolvi nesse tipo de fofoca, pois não faço política desse jeito.

Realmente estive em Corinto, onde, com alguns companheiros do PMDB, me reuni com a população. Fizemos a solicitação, e procurei V. Exa. em seu gabinete. Contudo, infelizmente, não pudemos conversar. Não faço esse tipo de política, tampouco fui lá fazer promessas. Disse claramente às pessoas que lá me receberam: se é para atrapalhar ou trazer dificuldades, estarei fora, pois não faço política para dividir, mas para somar.

O Deputado Toninho Andrade tentou falar com V. Exa., para que não houvesse dúvida acerca da necessidade do "campus" de Corinto. V. Exa. sabe disso. Eu afirmei que temos de trabalhar juntos. Não fui lá fazer fofocas, dizer que alguém está atrapalhando.

Sou parlamentar há 16 anos. Desafio qualquer Deputado que aqui esteve durante esse período a me dizer que me ouviu falar de colegas. Pelo contrário, dos Deputados desta Casa, talvez eu seja o mais corporativista. Sempre defendi os parlamentares. Não admito que alguém fale mal de Deputados perto de mim, como, às vezes, acontece nesta Casa. Aliás, já briguei com pessoas que ajudei, inclusive da área da educação, porque criticaram Deputados. Não aceito isso.

Então, V. Exa. ficou ciente desse boato, do qual também tomei conhecimento. Todavia, não partiu de mim.

Minha conversa lá foi muito clara e objetiva. Não citei o nome de V. Exa., pelo contrário, procurei-o para trabalharmos juntos. Procurei ainda o Doutor Viana, Deputado majoritário. Não vou negar que estava à procura de votos, porque o PMDB me apoiará lá. Mas não é dessa forma que os conseguirei, pois não consigo voto com mentiras. Nunca trabalhei desse jeito. Não preciso fazer política dessa forma.

O que mais me irrita são as promessas falsas e as mentiras. Deputado Célio Moreira, quero deixar claro que isso não partiu da minha pessoa, para que não haja nenhum estremecimento no nosso relacionamento aqui, na nossa Casa.

Espero que seja possível V. Exa. conversar com as pessoas do PMDB. Faço um desafio a quem quer que tenha ouvido o nome de V. Exa. citado por mim, em qualquer momento. Falaram que havia duas correntes, ou melhor o Reitor foi quem falou. Perguntei a ele: "Mas com qual objetivo?" E se era para não funcionar. Respondeu que era para funcionar. Então, disse que não estava entendendo.

Se há duas correntes, uma que quer fazer funcionar, e nós, que também queremos que funcione, por que não podemos trabalhar juntos para que a Unimontes seja uma realidade na região de Corinto?

Quero dizer que, quando comento algo, gosto sempre de citar o nome das pessoas. Não participei disso. Voltarei e farei política lá, mas não tentarei ocupar o espaço de qualquer companheiro Deputado, porque esse não é o meu feitio. V. Exa. tem o seu espaço, o Viana tem o dele e eu tentarei também ter um espaço com o PMDB, que me chamou.

Não vou entrar nessa discussão. Não quero entrar. Estou lá para ajudar. Se V. Exa. precisar do meu apoio, até para esclarecer essa situação, estou pronto para isso. Mas, se a minha presença lá for motivo para atrapalhar a ida da Unimontes para a região, estou fora, porque quero que a universidade realmente permaneça lá e faça um grande trabalho para aquela população, que precisa disso.

Reclamaram dizendo que Corinto tem um grande defeito: ter muitas pessoas para atrapalhar e poucas para ajudar. Pois eu quero ajudar. Esclareço esses fatos para não ficar nenhuma dúvida sobre a minha participação em todo esse processo, o que talvez não tenha sido dito. Nesse momento de política, as fofocas são muitos grandes.

Não estou disputando eleição ou espaço de ninguém. V. Exa. não terá 100% dos votos lá. Então, há espaço para todo mundo. Volto a repetir que não farei política agredindo ou falando de companheiros. Desafio todos os Deputados que passaram pela Casa nos últimos 16 anos a dizer se alguém já me ouviu fazer alguma afirmação que demonstre que eu tenha agido dessa forma. Muito obrigado.

Deputado Célio Moreira - Finalizando, agradeço o aparte do Deputado Antônio Júlio. Fiz questão de não citar o nome de V. Exa. no meu pronunciamento. Tive uma reunião na Câmara em que estranhei quando disseram que V. Exa. teria dito que o Reitor... Por isso solicitei esse documento da Reitoria, o qual me foi enviado pelo Magnífico Prof. Paulo.

Gostaria de informar a V. Exa. que a notícia que circula na cidade é que V. Exa. disse. Não entrarei nesse mérito. Estou apenas falando que estou fazendo a minha parte. V. Exa. já foi Presidente desta Casa. Não sou dono de cidade ou de voto, e nunca condicionei meu trabalho a voto. Posteriormente a cidade terá oportunidade para fazer essa avaliação, sobre quem trabalhou ou não.

V. Exa. estava na companhia do homem mais mentiroso da região central de Minas Gerais. Ele mente para ele mesmo e está levando V. Exa. para o buraco. Em momento nenhum, no meu pronunciamento, registrei que foi V. Exa. quem abordou a questão. Deram-me a informação, e cabe a este parlamentar esclarecer os fatos, tanto para os Deputados quanto para a cidade de Corinto os fatos.

Tenho grande respeito por V. Exa., mas gostaria de dizer que "conselho e água são dados quando nos pedem". Portanto, espero que V. Exa. examine melhor as pessoas que o estão assessorando naquele Município.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Laudelino Augusto\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pelas galerias e pela TV Assembléia, saudações ecológicas. Ontem comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e

Recursos Naturais, trago uma reflexão e alguns dados dos trabalhos realizados por esta Comissão.

O místico alemão Eckhart escreveu que, se a alma humana pudesse conhecer Deus sem o mundo, sem a criação maravilhosa, sem a natureza, o mundo jamais teria sido criado. Se a alma humana pudesse conhecer Deus sem a criação, não haveria criação. Uma frase profunda que nos faz refletir e mostra a importância da criação, pois, se o mundo foi criado, há um objetivo.

No livro bíblico, consta que podemos conhecer Deus ou aproximar-nos do conhecimento de Deus por analogia, observando a criação, a beleza da natureza, a força, o poder, os fenômenos naturais. Dessa forma, conhecemos o Criador ou a Criadora, se assim preferirem, considerando a questão de gênero. A própria igreja cristã tem considerado essa questão. O livro bíblico afirma que, se ficamos extasiados pela beleza das flores, das montanhas, das cascatas, devemos ter consciência de que mais belo é o Criador da beleza, aquele que a criou. Se admiramos todas essas coisas, que nos trazem êxtase e contemplação, como a força, o poder dos trovões, das tormentas, saibamos que mais forte e poderoso é o Senhor, que criou tudo isso. Portanto, por analogia, podemos conhecer Deus por meio da criação.

Essa maravilhosa criação precisa ser conhecida, respeitada e preservada para as gerações presentes e futuras. Daí, a nossa preocupação com o meio ambiente. Está sendo comemorado em todo o Estado e no Brasil não só o Dia Mundial do Meio Ambiente, mas a Semana do Meio Ambiente. Recebemos mais de 30 convites para participar de algumas aberturas e solenidades.

Esperamos que haja não só o dia, a semana, o mês do meio ambiente, mas o ano inteiro, cada dia, cada momento, cada segundo. O ar que respiramos, a água que bebemos, o alimento que nos sustenta representa cada instante, assim como as belezas naturais que contemplamos e que nos trazem prazer. Cada um presente nesta natureza representa cada instante. Que o meio ambiente não seja contemplado, respeitado e preservado apenas nesse dia, mas cada dia, cada momento, e é essa a intenção da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Tenho a alegria de dizer que há uma consciência crescente da população demonstrada por meio de novas atitudes, apesar da parte negativa e degradante, como a poluição, a destruição, os lixões, as queimadas, a contaminação de nascentes e a destruição de matas e de florestas.

Se considerarmos isso, ficaremos desanimados, mas queremos mostrar uma realidade já existente, que é o crescimento da consciência ambiental e uma nova relação com o meio ambiente. Isso é importante e está ocorrendo com as crianças pequenas na escola, na própria família ou na comunidade, e com as grandes empresas, que têm responsabilidade social e ambiental e estão preocupadas com a preservação dos recursos naturais, esse bem maravilhoso concedido pelo Criador. Portanto, essa consciência está existindo, está crescendo e depende do senhor, da senhora, de nós, do poder público. É claro que a questão ambiental passa pelo indivíduo, pelas pessoas da roça e da cidade, pelos bairros, pelas regiões, pelas empresas - há muitos empreendimentos degradadores - e pelo chamado poder público municipal, estadual e federal. Enfim, passa por todas as nações. As causas que levam à destruição da natureza e às suas conseqüências envolvem todos nós. As soluções também são da nossa responsabilidade. Isso está crescendo.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, temos visto isso ocorrer. A nossa posição é proativa. No início, ao assumirmos a Presidência, em abril do ano passado, ficamos preocupados, porque há muitas denúncias sobre degradação ambiental, destruição, rompimento de barragens, empresas que jogam efluentes químicos nos riberões e riachos, destruição de matas, etc. Se ficassemos somente presos a esses aspectos lamentáveis, seria terrível, mas adotamos um caráter proativo, mostrando as belezas criadas por Deus. Dentre elas, o homem e a mulher, ou seja, o ser humano, que tem vontade, liberdade e inteligência. Lamentavelmente, alguns fazem mau uso desses dons e inventam a feiúra, a destruição e a degradação. Mas Deus criou a beleza! É ela que queremos mostrar, sem esquecer as feiúras, a destruição. É nossa obrigação, como Deputados, representantes da sociedade, averiguar os fatos, fiscalizar e fazer leis que contribuam para o bom uso dos recursos naturais e para o respeito às leis ambientais. Queremos também divulgar o que tem sido feito de bom e de bonito.

Somente neste ano, foram realizadas quase 20 reuniões ordinárias e 11 extraordinárias, sendo várias no interior, onde vemos as situações de perto e ouvimos as comunidades preocupadas com o meio ambiente. Além disso, vários projetos foram analisados - toda proposição que tem o mérito relacionado ao meio ambiente passa por nossa Comissão. Foram realizados ainda vários seminários, como no final do ano passado. Discutimos a questão do lixo, da cidadania, da transposição e da revitalização do Rio São Francisco, das águas, da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A questão do lixo é terrível! Não queremos lixões nunca mais. Os aterros sanitários ainda existirão por um tempo, mas precisamos diminuir a produção do lixo, reutilizando os materiais, reciclando e fazendo coleta seletiva e compostagem orgânica. Dessa forma, o resultado será o tão esperado e necessário desenvolvimento sustentável com qualidade de vida. Também realizamos debates sobre o cerrado mineiro, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, assinado pelo Presidente Lula e pela Ministra Marina Silva no mês de março último. Como está sendo a política de preservação da quantidade e da qualidade das águas no País, que recebeu inclusive menção honrosa da ONU pelo trabalho que vem sendo realizado?

Na Comissão, temos apresentado experiências bonitas, como, em maio, o projeto Maria de Barro, mostrando como recuperar voçorocas, tratar o solo e fazer uso correto dele, garantindo o caminho da água. Resolver a questão da água é garantir o seu caminho tratando bem o solo. Houve também uma outra, sobre reserva de patrimônio natural em Uberaba, no Vale Encantado. Aliás, isso foi trazido para a Assembléia.

O Consórcio dos 10 Municípios do Ribeirão da Mata está realizando um trabalho integrado para a preservação da sub-bacia, a Bacia do Ribeirão da Mata - sub-bacia do Rio das Velhas, que, por sua vez, é sub-bacia do Rio São Francisco. A infra-estrutura da Assembléia, as audiências e as consultorias na área de meio ambiente e recursos naturais têm sido colocadas a serviço da população. Aliás, estamos ajudando a solucionar sérios problemas, como o da Serra da Canastra, a exploração de pedras ornamentais que embelezam a realidade e de pedras como o quartzo, que gera renda e emprego. Há necessidade de diálogo, de recomposição e de nova delimitação do Parque Nacional. Contribuímos com a realização de uma audiência pública, em que se formou um grupo de trabalho. Hoje se realizou uma reunião no Ibama, com a participação de empreendedores da Região da Serra da Canastra. Deverá ser assinado um Termo de Ajuste de Conduta - TAC - para que o trabalho seja retomado, especialmente com respeito à natureza e à sustentabilidade garantida. Podemos citar como exemplo a Mata Escura, onde foi criada uma reserva biológica, e a Serra do Papagaio, no Sul de Minas, onde realizamos uma audiência na semana passada.

Temos promovido o anúncio do belo e das boas experiências e os questionamentos à degradação ambiental, promovendo uma interlocução entre a sociedade e os ambientalistas. Nesta Semana do Meio Ambiente, desejo homenagear todos os ambientalistas, as ONGs e os voluntários que têm dado a sua vida, o seu conhecimento e até o seu sangue para conseguirmos um desenvolvimento sustentável. Realizamos comissões especiais, como a do Protocolo de Quioto. Hoje, pela manhã, estivemos na UFMG para participar de uma das reuniões sobre o Protocolo de Quioto, descobrindo modos de Minas Gerais aproveitar o máximo dos créditos de carbono, proporcionando um desenvolvimento limpo e sustentável no Estado.

Há várias experiências. Podemos citar leis que passaram por aqui, como a que cria a estação ecológica, a do Fundo Hídrico, que possui verbas e financiamento para ações do meio ambiente, a que reestruturou a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a de educação ambiental no currículo escolar e a Lei nº 15.399, que dispõe sobre a apresentação de Relatório de Risco Ambiental. Propusemos essa lei para evitar catástrofes, como a de Macacos, de Cataguases ou de Miraf, que resultou no rompimento de barragens, trazendo conseqüências danosas para o meio ambiente. E ainda houve outras.

Nos dias 8 e 9 de junho - quinta e sexta-feira -, coroando a Semana do Meio Ambiente, realizaremos na Assembléia o fórum técnico "Educação

Ambiental". Temos consciência de que a melhor homenagem que poderemos prestar nesta semana ao ambiente será exatamente elaborar uma política de educação ambiental para o Estado. Todos estão convidados; aliás, poderão acompanhar o fórum pela TV Assembléia ou vir para contribuir e participar.

Nestes 20 segundos finais, manifesto a minha visão pró-ativa de que o meio ambiente precisa de pessoas atuantes e com consciência de preservação, conservação e respeito. Agradeço ao Criador e à Criadora dessa beleza, pedindo-lhes perdão por tantas feiúras que ainda são realizadas. É preciso juntar as nossas energias para solucionar o problema.

Termino fazendo uma homenagem, em nome dos primeiros moradores do planeta Terra, os índios. O Cacique Seattle, no início da colonização americana, quando os ingleses destruíam a natureza para construir suas cidades, fez o alerta de que tudo o que estavam fazendo de mal, de destruição na Terra, estavam fazendo aos filhos da Terra, para aquela e para as próximas gerações.

Concluo usando esse raciocínio de uma forma proativa. Tudo o que fizemos e estamos fazendo de bom, de positivo para resgatar a beleza da natureza, das águas, das montanhas, das árvores, enfim, para preservar a vida humana com qualidade, é para o bem da humanidade, para as gerações presentes e para as futuras. Abraços ecológicos para todos.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, retorno a esta Tribuna para falar novamente da questão da energia elétrica, da tarifa mais alta do País, do mais alto ICMS do Brasil. Estamos tratando de um tema muito importante para o povo mineiro.

Dizer que vivemos sob um sistema tributário extremamente injusto não é nenhuma novidade; que a carga tributária brasileira é um entrave para o nosso desenvolvimento também não é inovação. A questão da chamada "cobrança por dentro" do ICMS é um caso sério. É importante guardar essa expressão, pois é uma cobrança que ninguém vê, mas está embutida na base de cálculo para a incidência de ICMS. A cobrança por dentro do ICMS é, todavia, algo que ainda espanta muitos, porque se trata de prática alheia à maior parte dos cidadãos, que, como consumidores finais, pagam esse imposto.

A cobrança por dentro do imposto é, na verdade, uma esperteza criada pelo governo militar para aumentar o valor do imposto arrecadado sem que apareça nominalmente o valor da alíquota incidente sobre a operação. Isso aconteceu em 1967 e permanece até hoje. Ficou esse tempo todo encoberto porque, na conta de luz, isso não aparece. Essa cobrança está, portanto, escondida. O Estado, como uma "mão de gato", coloca e retira do consumidor mineiro uma parcela importante dos seus recursos, a qual não é percebida.

Pretende-se, dessa forma, que o valor do imposto integre a base de cálculo do tributo. Numa conta de luz, há, por exemplo, a expressão "base de cálculo" e, ao lado, ICMS. Há o valor da base de cálculo e o ICMS de 30%. Observem, por exemplo, que uma conta de luz no valor de R\$100,00 tem sobre si uma alíquota de 30%. São 30% sobre 100, o que todos sabemos que são 30. Logo, o valor total a ser pago seria R\$130,00. É o óbvio, não é mesmo?

No entanto, a cobrança por dentro faz com que o cálculo resulte em R\$142,85, ao invés de R\$130,00, ou seja, R\$12,85 a mais numa conta de R\$100,00, são representando um acréscimo de 12,82% de imposto, além dos 30%. É uma verdadeira mágica! Repetimos: pela lei da matemática, 30% de 100 são R\$30,00. Mas, no cálculo do ICMS, esses 30% em uma conta de energia elétrica viram 42,85%. Isso porque o valor do tributo é adicionado à base de cálculo para que seja calculado o valor a ser pago de ICMS. Essa sistemática é, evidentemente, uma afronta à Constituição e ao Estado de Direito.

Data do constitucionalismo moderno e da emergência do Estado liberal a criação de garantias para o cidadão contra eventuais excessos do Estado, muito especialmente contra as cobranças de tributos estabelecidas a bel-prazer do governante. Em nosso Estado Democrático de Direito, as possibilidades de cobrança de tributos são expressamente designadas na Constituição da República. Cada imposto deve ser cobrado por uma entidade federativa certa, deve ter uma base de cálculo determinada e um fato gerador específico.

A base de cálculo de um imposto é o dado mensurável, retirado de seu fundamento de imposição, que permite a aplicação de uma alíquota apta a estabelecer uma quantia com a qual, presume-se, o cidadão deverá arcar para possibilitar a geração de bens coletivos. Portanto, a base de cálculo deve guardar uma relação direta com o argumento que justifica a imposição tributária. Assim é que, no IPTU, a base de cálculo é o valor do imóvel; no ITBI, o valor do negócio realizado; no IPI, o valor do produto industrializado, e assim por diante. No ICMS, é óbvio, a base de cálculo deve ser o valor da operação tributada. O acréscimo do valor do próprio tributo na base de cálculo gera profunda distorção, em prejuízo do contribuinte, no valor final a ser pago na operação.

Vejam bem, não estamos nos referindo ao fato de que o consumidor paga, no final, o valor da operação mais o valor do imposto. Isso é claro. Estamos dizendo que, se comprar um produto de R\$10,00, que tem uma alíquota de 17%, o consumidor não pagará R\$11,70, mas R\$12,48. Esse é o acréscimo da conta por dentro, que se faz acrescentando um tributo dentro de outro tributo; portanto, há uma bitributação.

Como a mensuração do imposto, coerente com a capacidade econômica do contribuinte, é definida pela operação, a incorporação do imposto na base de cálculo fere o princípio da capacidade econômica do contribuinte.

Notem também que, por uma imposição lógica, somente se pode determinar o valor do imposto a ser pago depois de determinar o valor da base de cálculo. Assim, é ilógico que o valor do tributo integre a sua própria base de cálculo. Além disso, esse fenômeno constitui bitributação e viola a regra da não-cumulatividade do imposto, como têm atestado inúmeros julgados pelo País.

No campo da jurisprudência, aliás, temos observado uma situação conflituosa. Parte de nossos Tribunais tem se mantido fiel aos rumos traçados na época da ditadura militar e entende ser lícita a cobrança por dentro. Outros, como, por exemplo, nas decisões mais recentes do Superior Tribunal de Justiça, têm caminhado numa direção de fortalecimento da Constituição e de respeito ao cidadão, contrários, portanto, à cobrança por dentro.

A posição do Supremo Tribunal federal, aliás, tem sido definida por um julgado da década de 90, que, de forma conservadora, mantém a possibilidade de o Estado enganar o cidadão.

Esperamos, entretanto, que a atual composição de nossa Corte Suprema possa rever essa infeliz posição, que, registre-se, nunca foi unânime.

Nessa Corte, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Ministro Marco Aurélio Mello tem-se batido, desde longa data, pela revisão da postura de seus pares.

É certo que estamos percorrendo um terreno politicamente delicado, porque envolve, em um primeiro momento, perda de recursos pelo Estado. No entanto, trata-se de resgatar a moralidade e a legalidade nas relações entre poder público e contribuintes. Se se entender que determinado imposto necessita de uma alíquota de 43%, como a luz paga pelo consumidor mineiro, que se coloque na lei uma alíquota de 43%. O que não se pode fazer é determinar 30% de alíquota na lei e, na prática, cobrar 43%. Isso é enganar o povo.

Para que não haja dúvida sobre isso, explicamos novamente. O correto, o normal e o lógico seria o seguinte: aplicar 30% sobre R\$100,00, obter R\$30,00 e totalizar R\$130,00. Mas, na verdade, ao serem aplicados 30% sobre a conta, se pagará R\$42,85, ou seja, 42,85%.

Essa é uma operação resultante de um cálculo chamado "por dentro", que, na verdade, esconde um tributo sobre o qual incide a base de cálculo. Assim, ao ser cobrado o outro tributo, se estará cobrando duas vezes.

O fato é que não podemos ficar parados. Ninguém pode obrigar a nós, mineiros, a violar a nossa Constituição. Podemos e devemos, em nosso Estado, restaurar a dignidade de nossas instituições e instaurar um novo tipo de relação com nosso povo, transparente, clara, decente.

Na verdade, as grandes distribuidoras de energia no País passaram a ser grandes arrecadadoras de tributos. Dessa forma, estão se desviando do foco principal: a distribuição de energia e um serviço de qualidade para o povo mineiro.

A chamada tarifa livre é resultante de uma negociação entre as grandes consumidoras de energia, as grandes indústrias e as Centrais Elétricas de Minas Gerais. Ela chega a um valor tal que, quando a comparamos com o custo da tarifa domiciliar, constatamos que esta é duas vezes maior que aquela. Portanto, nós, consumidores domiciliares, assim como o pequeno e médio comércio, que também paga essa tarifa, chamada vinculada, na verdade estamos subsidiando a energia das grandes indústrias.

Enfim, temos também a tarifa social, aquela em que estão incluídos os consumidores de até 80kW, conforme estabeleceu a última lei, que é federal. Entretanto, dentre esses consumidores, existe uma parcela de pessoas que consomem pouca energia, mas que são donos de "flats", sítios, apartamentos fechados, não alugados. Eles estão também pagando a tarifa social, ou seja, há uma injustiça. Se tomarmos o quantitativo de consumidores que se beneficiam da tarifa social, veremos que são 2.500.000. A Abrade avalia que mais ou menos a metade deles não têm problemas sociais nem problemas com sua remuneração e podem pagar, pois têm boa situação financeira, a tarifa normal pelo consumo dos "flats", dos apartamentos fechados ou dos sítios que consomem pouca energia. Cerca de 1.250.000 podem pagar e estão situados entre os que se beneficiam da tarifa social.

Quem está pagando por isso? Todos nós. Esse é outro processo que deve ser revisto, pois a tarifa social deve beneficiar os que mais precisam. Nesse caso, com a lei federal, percebemos que mais de 1 milhão de consumidores não se enquadram na tarifa social.

Na semana passada, apresentamos um projeto de lei com o objetivo de acabar com a cobrança por dentro do ICMS, a fim de acabar com essa forma de violação da boa-fé de nosso povo, porque se trata de um tributo escondido, que não está explícito e pagamos sem perceber. Com a sua aprovação, estaremos consagrando a Constituição e o direito, assegurando que a cobrança do ICMS em Minas Gerais aconteça de forma lícita e transparente.

Assim, o valor da operação tributada e o valor do ICMS cobrado somente se somam para efeito de registro fiscal. O valor do imposto será, como deve ser, aquele afirmado com clareza na legislação tributária, sem enganações ou espertezas.

Além disso, amanhã apresentaremos ao Ministério Público uma representação contra o Estado na defesa dos interesses dos mineiros, que estão pagando uma conta muito alta, essa conta de um insumo que é básico, mas está se tornando algo que não é básico para o povo mineiro

Nossa Constituição Estadual afirma que o povo mineiro tem direito a um governo honesto e obediente à lei - art. 73. Pretendemos que tal preceito seja levado a sério. Uma boa maneira de começarmos é aprovando esta proposição, que, esperamos, contará com a completa adesão de nossos pares. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Boa tarde, parabênz ao Deputado Edson Rezende por sua explanação. Realmente a conta de energia, em Minas Gerais, é uma das mais caras do Brasil. Há três anos, fazemos denúncias sobre as tarifas abusivas, contratos e consultorias da Cemig. Apresentei um requerimento, que até hoje não foi aprovado pela Mesa, pedindo explicações sobre um desses contratos.

A Cemig contratou uma empresa de limpeza para acompanhar o processo legislativo em Brasília. Pasmem! Ora, precisamos de uma explicação. Como uma empresa de limpeza vai fazer trabalho de advogado em Brasília? É bom lembrar que a Cemig tem um corpo jurídico, técnico e administrativo composto por dezenas e dezenas de advogados, tem escritório em Brasília, Deputados e Senadores mineiros. Então, por que contratar uma empresa de limpeza para acompanhar o processo legislativo? Até hoje não obtivemos resposta. Ninguém nos respondeu. Ninguém da Oposição levantou um "a". Ninguém se defendeu.

No dia 31 de maio, o jornal "Estadão" publicou que a energia elétrica é 42% mais cara em Minas do que em São Paulo. No jornal "O Tempo", no dia 1º de junho, noticiou-se que a tarifa cobrada pela Cemig é a segunda mais cara do País. Durante o governo Aécio, a tarifa de energia subiu mais de 100%. De 2003 a 2005, a inflação medida pelo INPC foi de 21%, e a tarifa de energia elétrica subiu mais de 100%. Nos últimos 10 anos, o aumento da conta de energia do consumidor residencial foi de 464%.

Não se pode nem fazer uma relação com os índices inflacionários, pois isso é um verdadeiro assalto ao bolso do contribuinte. O imposto sobre a energia em Minas é um dos mais caros do Brasil. Grandes indústrias pagam 18% de ICMS, enquanto o cidadão comum paga 30%. Um terço do valor pago pela conta de energia elétrica vai para os cofres do Estado. As pequenas indústrias, os pequenos comerciantes e o cidadão comum ficam prejudicados, pois beneficiam-se as grandes empresas. Isso é muito injusto, é uma "Lei Robin Hood" às avessas, pois tira dos pobres para dar aos ricos. Os pobres, os moradores residenciais, os pequenos comerciantes e as pequenas empresas subsidiam a conta de energia elétrica das grandes empresas.

Em Minas Gerais, o ICMS para residências é de 30%, o mais caro do Brasil, e 18% para indústrias; No Paraná, é 27% para indústrias e residências - apesar de alto, é justo com os dois lados -; em Santa Catarina, é 25% para residências e indústrias; em Goiás, é 25% para residências e indústrias; no Rio de Janeiro é 18% para residências, e 30% para indústrias, o contrário do que é cobrado em Minas Gerais.

Apresentamos um projeto, que está tramitando nesta Casa, para diminuir o valor do ICMS de 30% para 25% para residências. Infelizmente, quando é para beneficiar o povo, as comissões dizem que diminuir imposto é ilegal, afronta a Constituição e, por isso, houve um parecer contrário. Mas há projetos na pauta para dar remissão de impostos para grandes indústrias, que são considerados legais e constitucionais. No entanto, esse projeto, de alcance social, que reduz o ICMS da energia elétrica das residências de 30% para 25%, é ilegal. Outro projeto muito

importante, dos Deputados Rogério Correia e Padre João, estabelece a gratuidade do valor da energia para aquelas pessoas já contempladas pelos programas do governo federal. Um milhão de famílias são contempladas pelo Bolsa-Família em todo o Estado.

Parabenizo o Sindieletrô pela cartilha que fez, em que cobra justiça na conta de energia. No jornal do Sindieletrô, há uma matéria com D. Luciano Mendes, ex-Presidente da CNBB, que pede uma revisão humanitária da conta de luz e a redução do valor da energia em Minas Gerais. À pergunta sobre o que tem ouvido da comunidade, sobre a conta de energia elétrica, D. Luciano Mendes responde: "Temos encontrado muito sofrimento. As contas são muito elevadas, e não se trata mais de ter água quente para o banho, mas de poder acender algumas luzes para enfrentar a noite, os idosos para tomar o remédio, as mães para amamentar o filho. Muitas pessoas não têm emprego ou a renda não dá nem para se alimentar. O desconforto é ter na conta de luz, que passa de R\$70,00, o maior problema de equilíbrio do orçamento doméstico. Muitas pessoas pedem orientação técnica da Cemig para reduzir o consumo sem perder o direito à energia, e também não são atendidas".

Aqui, D. Luciano vai mais longe e diz: "Há quatro meses, levei para o Presidente da Cemig, Djalma Moraes, em Belo Horizonte, uma caixa com as contas que as pessoas me trazem". Várias pessoas levaram contas de energia a D. Luciano, as quais foram entregues ao Diretor da Cemig para mostrar que os valores anteriores são muito inferiores aos atuais, por causa do elevado aumento.

Ele diz: "Também propus que a empresa garantisse aos pobres com consumo de até 100kW por mês a gratuidade da energia, como já é feito em Curitiba, no Paraná, e fiquei na expectativa". Nesse artigo, faz várias considerações. "Gostaria de falar diretamente com o Governador, pedindo-lhe que reveja a tarifa de energia para essas pessoas". Ele diz também que há grande desequilíbrio entre os preços para uma residência e uma empresa. "Em Minas Gerais, na área industrial, a cobrança de ICMS é de 18% do valor da conta, enquanto no residencial é de 30%".

Lerei rapidamente uma nota que saiu no jornal "Estadão": "O consumidor residencial de energia elétrica atendido pela Cemig paga 42% a mais que o morador de São Paulo atendido pela Eletropaulo, para uma mesma quantidade de energia utilizada ao longo do mês. Em relação ao morador do Rio de Janeiro, atendido pela Light, os mineiros desembolsam cerca de 23% a mais, considerando-se as tarifas atuais, conforme levantamento realizado pela Agência Estado junto às distribuidoras e informações da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel". Portanto, fica comprovado que a energia elétrica de Minas Gerais é uma das mais caras do País.

O povo mineiro não paga mais caro apenas na energia elétrica, mas também na conta de água da Copasa. Sempre falo que a água está a preço de vinho. Minas Gerais tem uma das tarifas de água mais caras do Brasil.

Estive em Campina Verde, onde realizamos um grande movimento. Lá, eles queriam dar um contrato de concessão de água por 30 anos à Copasa. Fomos de casa em casa, e a população mobilizou-se pressionando os Vereadores. Quero aproveitar para parabenizar os Vereadores de Campina Verde, que, de forma inteligente, não votaram o projeto e ainda realizarão uma audiência pública.

O IPVA em Minas Gerais é um dos mais caros do Brasil. Sofreu aumento de mais de 100%. Votamos contra esse aumento, e o Governador - nesse caso pode, há legalidade - deu um desconto absurdo às locadoras de veículos. A taxa de licenciamento também sofreu aumentos nesses últimos três anos que não se justificam. Eles foram de mais de 65% em três anos. Para terem uma idéia, em 2003 o valor da taxa de licenciamento era de R\$28,00 e agora, em 2006, é de R\$47,00.

Aprovamos um projeto para o parcelamento das dívidas de IPVA e das multas de trânsito em 12 vezes, mas até hoje o governo do Estado não o regulamentou. Aliás, já apresentamos denúncia ao Ministério Público, ao Procurador-Geral de Justiça.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Obrigado, Deputado. Parabenizo-o pelo pronunciamento. Quero apenas enriquecer os dados para que nós e os telespectadores entendamos a situação.

Vejam bem, em 1995 o preço do quilowatt/hora de energia para a residência era de R\$87,00; 10 anos depois, passou para R\$480,00. Já o industrial, em 1995, era de R\$46,00. Vamos comparar os valores do residencial com o industrial. Naquela época o residencial era R\$87,00 e o industrial, R\$46,00; portanto era a metade. Em 2005, o quilowatt/hora de energia industrial, da grande indústria, passou para R\$126,00.

Vamos comparar: hoje, em 2005, o residencial paga R\$480,00 por quilowatt/hora e o industrial, R\$126,00. Há qualquer coisa muito errada. Trata-se de "Hood Robin", ou seja, dos pobres para os ricos, o inverso do que fazia "Robin Hood".

O Deputado Weliton Prado - Isso é verdade. Não podemos aceitar essa situação.

Para terminar, realmente, nos últimos 10 anos, a energia em Minas aumentou mais de 400%. Pagamos 42% a mais do que paga o contribuinte de São Paulo e 23% a mais do que o do Rio de Janeiro. Deputado Miguel Martini, tão interessado em terminar a reunião, D. Luciano está pedindo a revisão humanitária da conta de luz. Então é importante mobilizarmos a população e, por intermédio da luta, conseguirmos as mudanças, como a extinção da taxa de incêndio das residências e da taxa que o Governador queria cobrar para chamarmos a polícia, o que foi conseguido por nós.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia, Deputados e Deputadas que acompanham o trabalho desta Assembléia, público presente, venho a esta tribuna para apresentar balanço de um importante ciclo de debates realizado por esta Casa, durante os meses de março e junho, atendendo a requerimento deste Deputado e da Deputada Elisa Costa, sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais.

O Sistema Único de Assistência Social - Suas - trata de uma política pública importante, conquistada na Constituição de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - Loas -, em 1993, a Lei nº 8.742.

Agora, por determinação do Presidente Lula e do Ministro Patrus Ananias, está sendo efetivamente implementada a Loas, atendendo a uma das maiores deliberações da Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. Refiro-me à implantação de um sistema único, que hierarquiza responsabilidades entre os níveis da Federação: União, Estados e Municípios. Ademais, estabelece os níveis de proteção ao cidadão - proteção básica e proteção especial. Além disso, trata do financiamento e do custo da realização dessa política pública e define, de maneira muito clara, critérios de partilha, de repasse de recursos, sempre contando com o controle social, com a participação da sociedade civil organizada, por meio dos conselhos paritários e deliberativos em todos os níveis, a exemplo do Conselho Nacional de Assistência e dos conselhos estaduais e municipais.

Como disse, a Assembléia Legislativa, atendendo a requerimento meu e da Deputada Elisa Costa, realizou vários debates regionalizados em todo o Estado de Minas Gerais. Realizamos debates sobre a implantação do Suas em Minas Gerais, em Divinópolis, na região Centro-Oeste, no

dia 15 de maio; na Zona da Mata mineira e no Campo das Vertentes, em Juiz de Fora, no dia 23 de maio. Debateremos a implantação do Suas no Vale do Aço, na região de Governador Valadares, e no Vale do Rio Doce, no dia 29 de maio. Discutimos a implantação desse sistema no Mucuri e no Jequitinhonha, em audiência realizada em Itaobim, no dia 2 de junho. Ontem, dia 5 de junho, concluímos o processo de debate, em audiência realizada na cidade de Montes Claros. Tenho certeza de que se trata de uma conclusão parcial, visto que a Assembléia Legislativa acompanha atentamente a implantação desse sistema no Estado. Portanto, fechamos, com chave de ouro, a importante iniciativa desta Casa, que contou, entre outras entidades de apoio, com vários parceiros, como o Ministério do Desenvolvimento Social, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, o Colegiado de Gestores Municipais da Assistência, o Conselho Estadual, o Conselho Regional de Serviço Social.

Para que os Deputados, as Deputadas e os telespectadores da TV Assembléia tenham idéia da mobilização, participaram dos debates aproximadamente 300 Municípios mineiros, um universo estimado de 3 mil gestores, militantes da área da assistência social, conselheiros governamentais e não governamentais, técnicos, acadêmicos, professores. Fez-se, então, essa grande mobilização em torno do Suas, que congrega vários segmentos da sociedade mineira.

Além de apresentar a sistemática e os números, ressaltou que, nesse evento, os resultados são mais importantes. Entro em um assunto importante, que diz respeito à gestão do Suas. É fundamental que cada Município se habilite, promova sua adesão ao Suas.

Desta maneira, ele tem maior possibilidade de conseguir recursos da União e do governo do Estado. E, com esses recursos, adquire maior autonomia na sua utilização desde que vinculada à política de assistência social. O Município pode se habilitar em gestões inicial, básica e plena. Cada tipo de gestão com os seus pré-requisitos, com as suas exigências legais, técnicas e de controle social.

Minas Gerais é o Estado que tem o maior número de Municípios no País: 853. E também tem os maiores desafios. Há aproximadamente 209 Municípios que ainda não aderiram ao Suas. É importante dizer que o governo federal não pode obrigar o Município a aderir ao Sistema. Em respeito ao pacto federativo e à Constituição, o Município tem autonomia para gerir a sua política de assistência.

Neste momento, o que o governo faz, e com muito competência, é incentivar que os Municípios participem do Suas. Dessa maneira, eles fortalecerão exatamente as conquistas da Loas, dotando essa política de todos os procedimentos técnicos, legais e de controle social mais adequados e sintonizados com a moderna concepção de política pública, hoje amplamente discutida no País.

Houve um resultado muito objetivo desse conjunto de debates que envolvem esforços para a concretização das propostas de todos os níveis de governo - federal, estadual e municipal -, desta Casa e dos segmentos organizados da sociedade. Todos esses esforços, numa primeira proposta, devem apontar para um verdadeiro mutirão em Minas Gerais, para que nenhum Município mineiro fique desabilitado ou não seja um elo integrador do Suas. Queremos que esses 209 Municípios adiram ao Sistema.

O ciclo de debates foi importante, pois muitas vezes a não-adesão de um Município é o resultado da ausência de informação e de recursos técnicos adequados, de dificuldades de operacionalização, enfim, da incapacidade institucional de aderir a um sistema hoje nacional.

Esse foi o primeiro aspecto positivo, haja vista termos feito um pacto político no ciclo de debates. Todos nós, independentemente de partido político ou de estarmos em ano eleitoral, até porque o Brasil não pode parar por causa de eleição ou de Copa do Mundo, temos responsabilidades com os nossos mandatos. Foi muito importante, pois acertamos um cronograma de ações que envolvem outros debates e maior disponibilização de assessoramento técnico, principalmente para as Prefeituras que ainda não aderiram ao Sistema. Depende-se ainda do gestor local, da sociedade local e dos movimentos sociais organizados em cada Município.

A segunda meta importante é que Minas Gerais tenha o maior número de Municípios com Centros de Referência de Assistência Social - Cras -, principal instrumento da política de assistência. Nele se encontram assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, técnicos da área da política de assistência social. Para este ano, estão garantidos R\$3.000.000,00, que servirão também para as atividades de custeio. Portanto, isso foi possível com o recurso aportado pelos governos federal e estadual, por meio de uma emenda da Comissão de Participação Popular, que teve a honra de presidir e por cuja implantação, em 2003 e 2004, fui o responsável.

Hoje o governo federal financia a implantação e o custeio desses centros. Por meio de critérios técnicos, os Municípios estão ordenados e classificados de acordo com as necessidades sociais, e a expansão do Cras segue exatamente esses critérios técnicos.

Em Minas Gerais, a partir do trabalho da Comissão de Participação Popular, em 2005, R\$3.000.000,00 foram destinados à área da assistência social, para que o Estado pudesse investir na manutenção dos equipamentos e na montagem desses centros. O governo federal está fazendo o custeio, o pagamento destinado às pessoas que trabalham nos centros de referência, e o Estado é responsável pela aquisição de material permanente. Com essa emenda e com o trabalho da Comissão de Participação Popular, foram beneficiados 142 centros de referência de assistência social. Para este ano, estão garantidos R\$3.000.000,00, que servirão também para as atividades de custeio. Portanto, isso foi possível com o recurso aportado pelos governos federal e estadual, por meio de uma emenda da Comissão de Participação Popular, que tive a honra de presidir e por cuja implantação, em 2003 e 2004, fui o responsável.

Como membro integrante dessa Comissão, ficamos felizes, pois Minas Gerais participa do cofinanciamento da política de assistência, devido ao trabalho da Comissão, aos movimentos sociais e à decisão política do governo de acolher essas emendas por meio de um acordo entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Precisamos ampliar ainda mais o número de Municípios com esses centros de referência.

Quanto ao orçamento de 2007, o qual analisaremos no segundo semestre, é importante aportar mais recursos que garantam a ampliação, quer seja no plano federal, quer seja no plano estadual.

Esse ciclo de debates discutiu questões referentes ao controle social. Minas Gerais ainda tem dezenas de Municípios que não contam com conselhos municipais de assistência social em funcionamento. É importante que cada Município organize seu conselho e que os governos federal e estadual tenham iniciativas de capacitação dos seus conselheiros, para que, de fato, exerçam democraticamente seu papel de formular e fiscalizar a política pública de assistência social. Iniciativas nesse sentido também foram pactuadas entre o Ministério de Desenvolvimento Social e o governo estadual.

Nos debates realizados foi muito ressaltado o papel do Poder Legislativo, que formula a legislação existente. Solicito empenho dos Deputados. A legislação estadual de assistência data de 1996, ou seja, tem uma década de existência e, de lá para cá, principalmente em 2003, 2004 e 2005, houve uma grande mudança para melhor. A nova construção do Suas depende também da alteração da legislação, e o próprio governo do Estado reconheceu a necessidade de uma legislação moderna. Quatro projetos de lei de minha autoria estão em tramitação na Assembléia.

Faço um apelo especial à Bancada e ao Líder do governo, para que, por meio de um acordo político, sejam incorporadas as sugestões do governo e acelerada a tramitação desses projetos, para que Minas Gerais seja o primeiro Estado brasileiro a ter uma legislação estadual sintonizada com o modelo de assistência social vigente no País.

Quanto à discussão da legislação orçamentária, esta Casa exerce um importante papel. Estamos com o prazo de até 14 de junho para a apresentação de emendas à LDO.

A Comissão de Participação Popular, com apoio da Comissão de Fiscalização Financeira, realizará audiência pública no dia 14 de junho, pela manhã, em que serão apresentadas as diretrizes da LDO. A sociedade civil organizada, que há alguns dias estuda a proposta, também apresentará emendas pertinentes a cada política pública. No âmbito da política de assistência, esse ciclo de debates também originará várias emendas, principalmente as que garantem custeio para o funcionamento dos centros de referência da assistência social no ano de 2007.

Outro aspecto abordado nesse ciclo de debates foi a necessidade de aprofundamento na intersectorialidade entre o conjunto das políticas públicas nas áreas de saúde, com o PSF; de educação, com a expansão do Fundeb e o financiamento de todo o ensino básico; e de segurança alimentar e assistência social. Assim, faço um apelo principalmente à assessoria técnica do governo nesta Casa, responsável por acertar alguns pontos do projeto de lei de minha autoria, que trata da implantação do serviço social na rede pública estadual de educação. O importante projeto já foi aprovado pelo conjunto dos Deputados e Deputadas desta Casa, em 1º turno, e restam apenas alguns arranjos para que seja votado em 2º turno. Essa proposição fortalece muito a intersectorialidade das políticas públicas.

Também se discutiu muito a importância do fortalecimento dos recursos humanos na área da política pública de assistência. Não se constrói política pública social sem valorização dos seus recursos humanos, principalmente dos que possuem nível superior e trabalham nos centros de referência. Além disso, foi debatida a questão de a Sedese estruturar melhor suas diretorias regionais. O governo firmou o compromisso de realizar concurso público para o setor ainda em 2006. Queremos mais pessoal nas áreas de políticas públicas sociais, por meio de concurso público. É importante que cada Prefeitura realize seu concurso e cada Câmara Municipal vote planos de cargos e salários que valorizem realmente os profissionais da área, não somente o assistente social, que é fundamental, mas também o psicólogo, o sociólogo e os demais. Muitos não possuem nível superior, mas prestam o suporte necessário ao trabalho administrativo.

O governo federal está com a versão preliminar de uma norma operacional básica que disciplina a questão dos recursos humanos do Sistema Único da Assistência Social. Apresentei requerimento, e esta Casa já realizou um debate público para discutir essa norma. As sugestões já foram enviadas ao Conselho Nacional de Assistência Social. Portanto, estamos acompanhando "pari passu" com a implantação desse sistema em Minas.

Esse é um assunto que demandaria 60, 90, 120 minutos ou talvez dois dias de art. 70, dada a sua importância. Mas, em respeito ao acordo político, para que o Deputado Miguel Martini possa pronunciar-se, concluo dizendo que houve consenso nesse ciclo de debates que propôs mudança na gestão e discutiu a necessidade de ampliação do financiamento, principalmente por parte do Estado, que hoje investe apenas 0,2% na política de assistência. Além de fortalecermos o controle social, precisamos tratar da questão referente à cultura política, à mudança dos métodos políticos na área da assistência social, que hoje envolvem a União, os Estados e os Municípios, critérios republicanos e direitos de cidadania. Não podemos ainda conviver com o assistencialismo, o clientelismo e a utilização dos pobres por pessoas e setores inescrupulosos que muitas vezes os vêem não como pessoas portadoras de direitos que devem ser conquistados, mas como clientes, eleitores de cabresto, pessoas que devem sempre ser posicionadas na dependência e na subserviência dos poderosos. Infelizmente, contribuem cada vez mais para a continuação de um círculo vicioso que coloca esses cidadãos na pobreza eterna.

Queremos inverter essa lógica na política pública social no Brasil. Aliás, a inversão dessa lógica está começando hoje a colher bons frutos a partir da definição do Suas, comandado pelo Ministro Patrus Ananias. A nossa determinação é que essa lógica seja alterada em cada Município, para que possamos varrer o assistencialismo e o clientelismo do Estado. Essa foi a vontade expressa de milhares de pessoas e de centenas de Municípios que participaram desse ciclo de debates.

Sr. Presidente, agradeço aos Deputados e às Deputadas desta Casa, de todos os partidos, que acompanharam os trabalhos; à Mesa, na pessoa do Presidente Mauri Torres, que autorizou a realização desse ciclo de debates; e ao conjunto de servidores de todas as áreas da Assembléia Legislativa, que tiveram um trabalho intenso nos meses de maio e junho, mostrando, mais uma vez, a competência e a eficiência desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Deputados, senhoras e senhores, ao ouvir a fala dos oradores que me antecederam - com exceção do Deputado André Quintão, último orador, que não mencionou o assunto -, fiquei aqui pensando que trouxeram informações inventadas, que não condizem com a verdade, provavelmente criadas pela imaginação fértil ou por meio de elucubrações mentais que só os próprios podem explicar. Talvez só uma delas seja verdadeira; as outras não encontram amparo nos critérios de verdade e de sinceridade.

Por outro lado, fizeram-se comparações com coisas diferentes. É como comparar um Município do Jequitinhonha com o da Grande BH ou o Triângulo Mineiro com o Município do Norte de Minas e tratá-los como se fossem iguais. A mentira é não somente a negação da verdade, mas também a verdade mal apresentada. O que aconteceu foi que se comparou São Paulo e Rio de Janeiro com Minas Gerais para dizer que lá é menos que aqui. Só posso dizer que algo é melhor que outro se comparo coisas iguais ou utilizo os mesmos parâmetros. Do contrário, estou distorcendo a verdade. O reajuste informado pela Cemig é de 6,7% em média. Para o consumidor A1 ou as grandes indústrias, o reajuste chegou até a 20% e o residencial a 5,16%. Isso é bem diferente dos 43% mencionados aqui. Não sei de onde tiraram esse número. Esse é o reajuste informado pela Cemig. Depois disseram que temos uma energia muito cara se comparada com os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Precisamos avaliar por que aqueles Estados cobram mais barato. Ora, são Estados completamente diferentes. Minas Gerais tem 853 Municípios e uma extensão territorial infinitamente maior do que o Estado do Rio de Janeiro e bem maior do que o Estado de São Paulo. Este possui uma concentração excessiva na área urbana. Esses são fatores que definem o custo da energia.

Vejam os senhores. Minas Gerais dá subsídio para os 2.100.000 consumidores mineiros de baixa renda. Quem paga essa conta? Minas Gerais, por meio da Cemig, tem de dar esse subsídio, pois usa o critério de baixa renda. Todas essas pessoas têm incentivo. Minas Gerais, por força de legislação federal, tem de cobrar uma taxa baixa para a área rural. E temos uma extensa área rural. Em razão disso, o preço é muito mais baixo. Há casos em que o custo da produção é maior do que a cobrança.

Terceiro ponto: independentemente da distância, 90% do Estado de Minas Gerais são eletrificados. Para se levar energia de um ponto para o outro é muito caro, pois as distâncias são longas, significando um encarecimento do kW.

Quarto ponto: o consumo médio em Minas Gerais é infinitamente mais baixo que em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que resulta nessa fórmula de ter que se cobrar aqui uma energia mais cara que nos outros Estados. A opção de não se cobrar energia mais cara era não subsidiar a energia ou o governo federal pegar os recursos arrecadados em Minas Gerais, em torno de R\$500.000.000,00 por ano, e devolvê-los à Cemig, para esta conceder subsídio aos mais pobres e à área rural.

Não há mágica nesse setor. Precisamos comparar situações iguais usando os mesmos parâmetros, para dizer se é melhor ou pior.

Sr. Presidente, quero avisar que não darei aparte.

O Deputado Weliton Prado\* - V. Exa. me concede um aparte, Deputado?



O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, peço que solicite ao Deputado Weliton Prado que me respeite, uma vez que disse que não lhe concederei aparte, pois disponho de pouco tempo para fazer o meu raciocínio e tenho muito a falar.

Deixei que ele falasse quanto quisesse. Não quis apartear-lo em respeito a ele, achando que teria muito que dizer, mas não tinha. Quero usar o meu tempo para expor essas verdades. O fator de dar subsídio à população de baixa renda, 2.100.000 mineiros, mais o fator da distância para levar energia a todos os pontos de Minas Gerais, além de a tarifa da área rural ter que ser mais baixa, o que é justo, e de Minas Gerais ter uma média de baixo consumo implica que o reajuste de 5,16% para o residencial, bem distante dos 43% aqui alardeados, o de 20,8% para a indústria e o de 10% a 15% para a área rural resultem num reajuste médio de 6,7%. Essa é a informação que a Cemig nos deu. Se a Cemig está mentindo, provem isso, que discordarei. Mas a Cemig me deu essa informação. O Presidente Lula, chefe do Delúbio Soares, do José Genoíno, do José Dirceu, do Silvinho Pereira, chegou a dizer isso. Oposição diz qualquer coisa. É a palavra do Lula, o grande líder do PT, o grande líder desse time que está sendo investigado pelo Ministério Público Federal e ao qual o Procurador-Geral chegou a chamar de quadrilha, referindo-se até a crime de formação de quadrilha. Para fazermos um debate, para avançarmos, para contribuímos para o aperfeiçoamento e para construirmos justiça, precisamos trabalhar com números reais, não com fantasia.

O Deputado Rogério Correia, por exemplo, veio a esta tribuna várias vezes para dizer que o professor da rede pública estadual ganha menos que um salário mínimo. Isso é mentira. Os números estão aqui. Qual é o sofisma? Ele parte de uma falsa premissa para afirmar. Fala de vencimentos básicos como se fosse remuneração. Se usarmos o critério dele, depois do reajuste, segundo a tabela, o vencimento básico do magistério superior é de R\$114,35. O Lula deixou o funcionalismo federal à míngua durante três anos e meio, e, agora, às vésperas da eleição, edita uma medida provisória reajustando o vencimento básico. O Deputado Rogério Correia quer fazer parecer que esse é o salário, a remuneração, mas não é. Se ele usar esse critério, o menor vencimento básico de Minas será R\$320,00, e o do governo federal, R\$114,35.

O valor máximo do vencimento básico do magistério superior é R\$319,19, ou seja, mais baixo que o mais baixo. O mais alto dele é mais baixo que o mais baixo de Minas Gerais. Poderia dizer que esse é o salário do magistério superior? Não, pois esse é o vencimento básico. O Deputado Rogério Correia fala e repete - e repetirei quantas vezes ele falar -, talvez por considerar que uma mentira repetida virará verdade. O magistério superior do governo federal tem como vencimento básico R\$114,35, enquanto o menor de Minas Gerais passará de R\$305,00 para R\$320,00. O maior vencimento básico do magistério superior do governo federal, com a medida provisória, será R\$319,19.

O papel da Oposição é esse mesmo, mas se espera que seus números tenham consistência e que sua fala encontre amparo. Estou aqui documentado para dizer o que digo. As informações que trago sobre a Cemig vieram diretamente dela. Se a empresa está mentindo, devemos provar e responsabilizá-los. Não podemos fazer aqui dilações, exercícios de futurismo e invenções, afirmando que 5,16% é o mesmo que 43%. Isso é querer forçar demais a verdade.

A energia é mesmo cara, em razão das razões já explicitadas: 2.100.000 não pagam por ela, há o incentivo aos produtores rurais, e são grandes as distâncias, visto que Minas Gerais é um continente se formos comparar com outros Estados. A maioria da população do Rio de Janeiro e de São Paulo está concentrada, portanto o consumo é mais elevado. Certamente, se o consumo é maior, o preço pode cair e ser menor.

Precisamos discutir a realidade da energia em todo o Brasil. Os jornais já estão noticiando que, em 2010, espera-se um apagão. Entretanto o Presidente Lula está mais preocupado com o problema da Bolívia, não com o do Brasil.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero apenas informar a V. Exa. que estamos vendo no "site", em tempo real, que uma boa parcela de manifestantes do MLST acabou de invadir o Congresso, armada com pedaços de pau. Houve uma enorme quebra de janelas e vidros.

Infelizmente, Deputado Miguel Martini, esse é o retrato do que aconteceu na Cemig. E vários parlamentares fizeram manifestações em carros de som, dizendo que a culpa era da polícia, que agiu de forma arbitrária.

Esse tipo de movimento está tomando uma certa dimensão, e eles estão fazendo coisas de que até Deus duvida; estão passando por cima de tudo o que é previsto em lei e também da tolerância de qualquer cidadão de bom senso.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Sargento Rodrigues, vidas de policiais civis e militares foram ceifadas em São Paulo, episódio que precisa ser mais explicado. Façamos um breve raciocínio. O Prefeito César Mais disse que seria candidato à Presidência. Imediatamente, veio a artilharia pesada com intervenção na saúde pública do Rio de Janeiro. Tudo firula, e o tiraram do páreo. O Garotinho começava a crescer vigorosamente nas pesquisas. José Dirceu foi a Juiz de Fora e fez um jogo de cena com Itamar Franco. Bate-se pesado no Garotinho, e ele está fora do páreo.

Sobre o Governador Geraldo Alckmin não havia o que se dizer. Carreira política brilhante: Vereador, Prefeito, Deputado Estadual e Federal, Vice-Governador, Governador após a infeliz morte do grande político Mário Covas e Governador eleito. Um de seus melhores trabalhos foi na segurança pública. Sem mais, nem menos...(- É interrompido.)

O Deputado Weliton Prado\* - Sr. Presidente, pela ordem. O tempo terminou.

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar)\* - A palavra está com o Deputado Miguel Martini. Cabe a ele concedê-la. Peço a V. Exa. que respeite o Regimento Interno.

O Deputado Weliton Prado\* - Eu fui cortado; ele pode falar.

O Deputado Miguel Martini - Presidente, peço que corte o som do microfone do Deputado Weliton Prado, pois não lhe concedi aparte e ele não sabe respeitar. Por favor, quando V. Exa. estava na tribuna fiquei quieto escutando. Ainda que não concorde, respeite, pois isso faz parte da democracia. V. Exa. precisa aprender a respeitar os colegas e a ordem regimental desta Casa. Há um Presidente nesta sessão.

Então, de repente, aquela violência no Estado de São Paulo. Policiais civis e militares foram assassinados. Deixo uma pergunta: seria coincidência? Já havia os casos do César Maia e do Garotinho. Quem mais? Não deu certo porque a população brasileira conhece o brilhante trabalho do Governador Alckmin, principalmente na segurança, com investimentos pesados, apesar da omissão federal.

O Governador Aécio Neves está fazendo da mesma forma em Minas Gerais, apesar de o governo federal não liberar nenhum centavo do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Precisamos estar atentos, porque o Brasil tem um povo bom, ordeiro e trabalhador. Um povo que respeita a ética e a moral, um povo religioso, que não pode deixar-se conduzir por aqueles que não têm princípios éticos e que misturam público com privado. Hoje o jornal traz a notícia de

que, no Estado do Piauí, governado pelo PT, o mesmo publicitário encarregado de arrecadar é o coordenador do governo no setor de arrecadação. Essa denúncia é grave.

É preciso que a sociedade brasileira comece a exigir. Por isso a CNBB começa a orientar o povo católico; por isso a OAB está exigindo que a Procuradoria investigue se há ou não envolvimento do filho do Presidente no assunto Telemar; se há ou não envolvimento do Presidente da República com o "mensalão".

A OAB protocolizou um pedido para que se investigue, e a Oposição no Congresso Nacional tem sido tímida, pensando se é melhor ou pior eleitoralmente, ao passo que não se poderia pensar com essa lógica. A lógica é: aquele que exerce um cargo público está obrigado a respeitar a ética, a moral e a justiça. Se há suspeita, deve-se investigar. Se é bom ou não eleitoralmente, essa não deve ser a primeira análise. Por muito menos, Presidentes caíram. O que estamos vendo é um Congresso Nacional desrespeitado. O Deputado Sargento Rodrigues trouxe a notícia da invasão. Temos um Congresso Nacional que elege Severino Cavalcanti; depois, a peso de ouro, o governo elege Aldo Rebelo, no qual não vemos liderança; e um Presidente da República omissivo, fazendo campanha durante os 365 dias do ano. Dito por ele, porque não governa, não sabe de nada, não vê nada, não entende nada. E, quando fala, desanima ainda mais o povo brasileiro. No episódio com a Bolívia, foi uma grande decepção. Foi preciso que Celso Amorim tentasse colocar as coisas no lugar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, essa reflexão deve ser feita. Vamos continuar fazendo-a desta tribuna. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia; primeiramente peço à assessoria que exiba o vídeo de apenas 1 minuto. Tenho a certeza de que esse vídeo muito interessa a todos nós, mineiros, pois se refere à campanha Minas Solidária, lançada ontem pelo Servas, pelo governo do Estado e pela Polícia Civil.

Por gentileza, reduzam as luzes para a exibição do vídeo.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, fiz questão de exibir esse pequeno vídeo para dizer que ontem o Governador Aécio Neves, por meio do Decreto nº 44.310, de 5/6/2006, regulamentou a Lei nº 15.432, de nossa autoria, sancionada em janeiro de 2005.

Nesse vídeo, vimos apenas um pequeno recorte de fotografias de pessoas desaparecidas. Na verdade, o vídeo que gostaria de exibir, de 3 minutos, ainda não pôde ser fornecido, portanto apresentei este para ilustrar meu pronunciamento.

Ontem, ao regulamentar essa lei, o Governador deu grande passo, por intermédio do Servas, cuja Presidente é a Sra. Andréa Neves; da Polícia Civil, cujo Chefe é o Dr. Otto Teixeira Filho; e da Assembléia, que, por minha iniciativa e pelo conjunto dos Deputados que aprovaram essa lei, certamente teve grande participação na campanha lançada ontem.

O governo anuncia a parceria com todas as grandes mídias - impressas, radiofônicas e televisivas do Estado.

Tivemos a oportunidade de estar junto a essas famílias, ao Sr. Rivaldo, o pai do garoto Douglas, de 13 anos, desaparecido misteriosamente em março de 2003. Qualquer um que tenha um pingão de sensibilidade, ao assistir ao depoimento dos pais e das mães dessas pessoas desaparecidas, ficará comovido, não há como não se emocionar.

Ouvimos a mãe e o pai do Douglas e as famílias que estão com entes desaparecidos. Deputado Laudelino Augusto, o desespero é profundo. É um buraco, um tormento sem fim.

Obviamente, na condição de pai, ao assistirmos a esse depoimento, não poderíamos ficar de braços cruzados.

Queremos deixar claro que a campanha lançada ontem terá cerca de 50 mil cartazes espalhados em 10 mil pontos estratégicos do Estado, por meio de parcerias com postos de gasolina, agências bancárias, casas lotéricas, supermercados. Tudo isso será feito, é óbvio, com a parceria de empresários, sobretudo de empresários da área de comunicação. Volto a insistir que todas as mídias assinaram - eu diria - um termo de cooperação. Essa campanha veio um pouco atrasada, mas em bom momento.

Queremos cumprimentar o Governador Aécio Neves; a Sra. Andréa Neves, Presidente do Servas; a Polícia Civil; as famílias, pela luta incessante. Somente as pessoas que viveram aquele momento sabem o desespero de cada pai, de cada mãe.

Fico orgulhoso de ter dado essa singela contribuição ao propor a apresentação desse projeto. O Governador teve sensibilidade. Qualquer um, qualquer pai de família, qualquer Deputado ou autoridade deste Estado que ouvir o depoimento do Sr. Rivaldo, pai do garoto Douglas, ou de qualquer outro pai ou outra mãe, certamente terá sua sensibilidade aflorada e acabará comovendo-se e movendo-se, no intuito de dar uma contribuição.

Quero deixar claro que realizaremos, no dia 20 de junho, uma audiência para contabilizar os avanços obtidos com essa campanha.

Está previsto, no art. 5º da Lei nº 15.432, que esta Assembléia Legislativa inserirá, em sua página na internet, fotos e dados de crianças desaparecidas, com atalhos para outras páginas que versem sobre o mesmo assunto. O art. 4º dessa lei determina que os veículos de comunicação impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica dos poderes do Estado destinarão espaço para a divulgação dos dados de pessoas desaparecidas. O parágrafo único desse artigo prevê que o órgão oficial de imprensa dos poderes do Estado destinará espaço para a divulgação de fotos e dados de crianças desaparecidas.

Estamos fazendo esse assunto repercutir, por ser de mais alta relevância. Cerca de mil pessoas desaparecem por ano em nosso Estado. Sabemos que muitas delas poderiam ser reencontradas por meio de um trabalho sério em hospitais, clínicas, centros de internação. Mas as Polícias Civil e Militar ainda não contam com ferramentas adequadas, nem com o envolvimento da sociedade. A responsabilidade não pode ser apenas de uma delegacia, razão pela qual o Governador a elevou, por meio de decreto, à condição de Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida da Polícia Civil, órgão com maior aporte logístico.

Deputado Laudelino Augusto, não podemos deixar de utilizar a TV Assembléia e a TV Rede Minas, que são públicas, e o diário oficial como ferramentas a favor dessas famílias, na tentativa de minimizar o seu desespero.

O pai do garoto Douglas, o Sr. Rivaldo, disse várias vezes: "Estamos gastando os últimos centavos na reprodução de panfletos para distribuí-los em supermercados, mercearias, ponto de ônibus, etc. Essa é uma luta desigual, de um pai e de uma mãe desesperados."

Sr. Presidente, Deputado Miguel Martini, a partir da campanha que será feita pelo governo do Estado, em parceria com a Assembléia Legislativa, com os empresários e com toda a rede de comunicação do Estado, obteremos êxito. A Rede TV, o SBT, a Record, a Rede Globo, a TV Assembléia, os jornais "Estado de Minas", "Hoje em Dia", "O Tempo" e "Diário da Tarde", as rádios Itatiaia e Inconfidência, todas as mídias estavam presentes e assinaram o termo de cooperação com o governo do Estado, com o Servas e com a Polícia Civil.

Tenho a certeza de que, a partir de agora, as famílias que estavam completamente desesperadas, sem esperança de ganhar aliados nessa luta, vão sentir-se melhor. Teremos não só o serviço do 0800-2828197, mas também cerca de 50 mil cartazes espalhados em 10 mil pontos, a exemplo de agências bancárias, casas lotéricas, postos de gasolina, supermercados. Contaremos com a participação de toda a sociedade.

Nobre Presidente, ocupamos esta tribuna nesta tarde para dizer que a Assembléia Legislativa participa dessa ação, que não se deve ao Deputado Sargento Rodrigues, mas ao conjunto dos Deputados desta Casa, que aprovou a lei, por duas vezes, em dois turnos, no Plenário e nas Comissões. A população de Minas Gerais precisa tomar conhecimento da participação da Assembléia, precisa saber que o governo do Estado foi sensível.

Notei esse sentimento na expressão facial do Governador Aécio Neves, que também é pai. Como eu e vários parlamentares, ele se sentiu como um pai que, no campo imaginário, por uma fração de segundos, poderia ver seu filho em tal situação. Então a sua sensibilidade foi marcante para a campanha ganhar esse aporte, essa dimensão. Desse modo, as famílias poderão sentir-se confortadas ao saber que, de agora em diante, a campanha será divulgada pela TV Assembléia, pela Rede Minas, pelo diário oficial, que chega às escolas, às Delegacias, aos quartéis, enfim, a todas as repartições públicas do Estado, contendo as fotografias.

Aliado a isso, conforme anunciado ontem, temos, como parceiras, a Copasa e a Cemig. Por isso tenho a certeza de que registraremos um grande avanço. Estamos satisfeitos porque o trabalho que realizamos nesta Casa como representantes do povo visa ao cumprimento do nosso papel fundamental, qual seja legislar para encontrar saídas, a fim de que campanhas como essa sejam cada vez mais desenvolvidas no nosso Estado, de forma a obterem êxito.

Estamos torcendo para que a campanha iniciada nas ruas ontem, dia 5/6/2006, obtenha sucesso. Queremos ver a Polícia Civil equipada, aparelhada e com recursos humanos à disposição para fazer frente a um problema tão sério, como o das pessoas desaparecidas, quer sejam filhos, quer sejam irmãos, quer sejam pais.

Trata-se de pessoas cujas famílias se encontram desoladas. Essa questão é de segurança pública, de direitos humanos, e isso nos envolve, envolve o conjunto da sociedade, a Assembléia e o Ministério Público. Tenho a certeza de que, com essa campanha anunciada ontem pelo Governador Aécio Neves, teremos, sim, a satisfação de colher bons frutos. Certamente, a partir dessa campanha, estaremos aliviando, pelo menos um pouco, o sofrimento dessas famílias que estão acompanhando e lutando nessa árdua missão de tentar reencontrar seus entes queridos, principalmente a família do Sr. Rivaldo, o pai do garoto Douglas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupamos a tribuna, nesta tarde, com satisfação, por saber que a Lei nº 15.432, de nossa autoria, foi regulamentada e também ganhou vida, ou seja, ganhou corpo por meio dessa campanha muito bem desencadeada pelo governo do Estado. A Assembléia de Minas teve uma participação ativa nesse processo e, mais uma vez, mostrou a preocupação de seus Deputados quando os cidadãos batem às suas portas, nas comissões e nos gabinetes, para apresentar seus pedidos. Temos a sensibilidade de entender o sofrimento e os problemas da sociedade e traduzir isso em trabalho sério, concreto e objetivo, com o resultado que estamos colhendo no momento, por meio dessa campanha.

Concedo aparte ao Deputado Weliton Prado, a quem peço que siga a mesma linha do que estamos falando neste momento.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Apesar de não haver quórum para a continuação dos nossos trabalhos, gostaria de parabenizá-lo por essa campanha, que é muito importante em razão do grande cunho social. A Assembléia Legislativa não poderia ficar de fora, em vista da grande audiência que tem a TV Assembléia.

O debate é muito importante. O Deputado que me antecedeu não se posicionou. Gostaríamos de ter feito um debate democrático. Estávamos falando da Cemig, que aumentou a energia em mais de 42%. Se comparado com o do Rio de Janeiro, que foi bem menor, e com o de São Paulo, que foi de 23%, a Cemig deu um grande aumento.

Quero convidar o Deputado que me antecedeu a visitar uma escola, um batalhão ou uma delegacia para saber se os professores, os soldados e a Polícia Civil estão satisfeitos com os salários que recebem. Da maneira como o Deputado falou, tudo está às mil maravilhas, sem nenhum problema no Estado. Nosso Estado é um dos que tem maior tributação, mas é um dos que pior paga os seus servidores.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, concluindo, gostaria de dizer que me sinto, verdadeiramente, mais uma vez, realizado por ter dado essa contribuição. Eu não poderia tê-lo feito sem o apoio dos demais Deputados da Casa. Se o Poder Executivo também não tivesse regulamentado a lei por meio do decreto, não poderia estar aqui externando a minha satisfação.

Sinto-me um pouco mais aliviado em poder dizer à família do garoto Douglas e às demais famílias de pessoas desaparecidas no Estado - e são cerca de mil pessoas desaparecidas por ano - que estamos aqui trabalhando, preocupados com as grandes causas sociais.

Encerro as minhas palavras com muita satisfação de saber que, na minha condição de ser humano, estou cumprindo o meu papel de Deputado. Estou sendo útil e estou podendo ajudar outros seres humanos que chegam aqui desesperados porque não estão sendo acolhidos. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/6/2006

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros das galerias e da TV Assembléia - essa TV que criamos há 10 anos, justamente para mostrar a realidade do que acontece nesta Casa, é com prazer e alegria imensa que ocupo esta tribuna para prestar uma justa e merecida homenagem à nossa sempre querida e acolhedora cidade de Itabirito, na pessoa do dinâmico e empreendedor vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Os meus nobres colegas podem estar-se perguntando qual o motivo da homenagem ao amigo Pe. Miguel Ângelo Fiorillo. Esse batalhador não mede esforços para transformar a paróquia. Ele fornece aos paroquianos um espaço de qualidade, transformando Itabirito em um pólo turístico, como tantas outras cidades históricas de nosso rico Estado de Minas Gerais.

Mas, para quem pensa alto, para quem enxerga além das montanhas, as dificuldades existem para serem superadas. Não pensou duas vezes: com ousadia e tino administrativo, começou a reforma artística da igreja, de acordo com um cronograma, debatido com os fiéis da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem e freqüentadores, contando apenas com a ajuda dos paroquianos.

Aquilo parecia um sonho, reformar uma igreja histórica, que brilhou durante anos e anos, sem ajuda nenhuma da Prefeitura daquela cidade, apesar de se tratar de um monumento histórico, visitado por todos que vão a Ouro Preto e passam por Itabirito, pois entram na cidade para conhecer essa obra-prima que é a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Entretanto, no final do túnel, brilhou uma luz: Pe. Miguel tomou conhecimento da Lei nº 8.313, de 1991. Por dois anos, dois técnicos formados pela Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop -, com quatro auxiliares, trabalham na restauração do grandioso templo, sem participação nenhuma do poder público - nem Município nem Estado nem União.

Para terem idéia, a última intervenção artística na igreja ocorreu há mais de 40 anos. Passaram-se mais de 40 anos da reforma parcial de alguns elementos artísticos que compõem o imponente templo. Iniciaram-se as reformas em 2/2/2004, contando somente com recursos próprios, por meio do dízimo e da colaboração de alguns cidadãos admiradores do patrimônio histórico.

Houve a aprovação da restauração, enquadrada na Lei Federal de Incentivo à Cultura e autorizada pelo governo federal e o Ministério da Cultura; o projeto foi aprovado pela Portaria nº 550, de 19/12/2005, publicada no "Diário Oficial da União", em 20/12/2005, autorizando a captação de recursos. Posteriormente, prorrogada pela Portaria nº 1, de 3/1/2006, do Ministério da Cultura, publicada no "Diário Oficial da União", em 4/1/2006, foi autorizada a captação de recursos no montante de R\$219.498,00.

A MBR, que tem um bom relacionamento, há mais de 40 anos, com a Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, de modo especial, ao longo dos últimos anos, tem mantido uma parceria de sucesso com as obras sociais dessa paróquia na restauração da Igreja Bom Jesus de Itabirito, na edificação do outrora megaprojeto de Itabirito 200, hoje o Liceu Dom Viçoso, local que abriga centro de convenções, escola profissionalizante, 'campi' universitários, etc. A MBR se prontificou a repassar esses valores para a conclusão da grande reforma da igreja, aliviando os combalidos cofres paroquiais. Em três anos, no tricentenário da fundação de Itaúbyra de Nossa Senhora da Boa Viagem do Rio de Janeiro, com todo o esplendor, isso será entregue à população daquela desenvolvida e promissora cidade, que é a nossa Itabirito.

Quero lembrar que um sonho começava a se tornar realidade. Pe. Miguel procurou, olhou, insistiu, e a MBR, de modo especial - até mesmo para me atender, pois liguei para lá -, vendo o compromisso do Pe. Miguel com aquela cidade, liberou o recurso, autorizando a reforma. Ressalte-se que a reforma dessa igreja deve ser atribuída tão-somente ao empenho do pároco, à comunidade e à MBR. Nem o Município nem o Estado nem a União se prontificaram a auxiliar com recursos.

Sr. Presidente, como Deputado majoritário naquele Município, solicito que envie à Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, na pessoa do zeloso pároco, congratulações pela defesa do patrimônio histórico local; e também à MBR, congratulações pelo patrocínio da obra de restauração daquele importante patrimônio municipal, estadual e nacional.

Repito: trata-se de um sonho que se tornou realidade a partir da Lei de Incentivo Cultural e, acima de tudo, por causa de uma pessoa, de um homem que luta por aquela cidade. Lembro, mais uma vez, que a Prefeitura Municipal, apesar de receber os turistas, que desenvolvem o comércio, não ajudou em nada, por causa de rixa política. Quero deixar isso bem claro.

Dias atrás, indicamos um telecentro, mas a Prefeitura não quis, e Pe. Miguel conseguiu atender à expectativa da juventude. Ele construiu o que foi pedido pelo governo, e logo teremos o telecentro, portanto convido todos para a sua inauguração nos próximos dias. Trata-se de mais uma vitória de Pe. Miguel.

Quero relembra que o Projeto 2000, que todos consideravam um sonho, hoje virou realidade, com mais de 160 leitos para acomodar os turistas, as pessoas que participam de convenções. Há auditórios e toda a infra-estrutura. O Pe. Miguel é empreendedor, é um pároco que ajuda a cidade, e tenho de tirar o chapéu e agradecer-lhe.

Sr. Presidente, ainda neste tempo que me resta, quero comentar que falava ao Deputado Gustavo Valadares que hoje temos uma Belo Horizonte muito dinâmica.

Eu solicitava do Governador Aécio Neves a implantação de um centro administrativo - já falava isso aqui - no Aeroporto Carlos Prates. Desde o início, acompanhávamos isso. O Aeroporto Carlos Prates, por problema causado pelo PT e pelo DAC, não pôde ter o centro administrativo, que foi para Venda Nova; mais justo. Mas justo não seria se ficasse ali.

E eu falava para o Governador, para o Secretário Anastasia e para outros companheiros, que a Região Noroeste tinha que receber uma contrapartida, pois tinham criado essa expectativa. E a contrapartida, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, é a implantação do sistema Olho Vivo naquela região, com 50 câmeras espalhadas, para a segurança da população. É a primeira região fora do hipercentro de Belo Horizonte que receberá esse projeto. É conquista dos moradores, do Deputado Estadual Alencar da Silveira Jr., e, acima de tudo, de todos aqueles que acreditavam na contrapartida.

Tenho certeza de que V. Exa., Deputado Gustavo Valadares, não precisa falar nada, senão irei lembrar-me de V. Exa. tempos atrás, que foi um grande lutador também pelo hipercentro, pelo sistema Olho Vivo.

Quero lembrar que fui o primeiro Deputado, anos atrás, a colocar uma emenda no orçamento, solicitando, Sr. Presidente, câmeras na região central. E hoje isso é realidade. Houve um problema na Prefeitura, mas não quero falar sobre isso.

Governador de Minas Gerais, o Olho Vivo é realidade, e temos que agradecer, mas precisamos, acima de tudo, da abertura da Av. Pedro II, para desafogar o trânsito da Praça São Vicente e de todo o trecho da Rua Padre Eustáquio. Fica aqui também essa solicitação.

Na oportunidade, depois do Olho Vivo, agradeço também ao Governador a implantação do Viva Vida, que estará sediado na nossa cidade, na minha cidade de Itabirito. Pedimos, solicitamos, e hoje também isso é realidade. Mais de R\$1.000.000,00 foram destinados à área da saúde na região. É minha cidade e também é nossa. Todos aqueles que fazem o bem para Itabirito estão fazendo o bem para toda a região.

Sr. Presidente, gostaria também de solicitar a inclusão na pauta, para votação, com urgência, do projeto que determina a colocação de fotos das pessoas desaparecidas no bilhete da loteria mineira. Isso colaborará com a campanha que o governo do Estado está fazendo para identificar e localizar essas pessoas. O bilhete, que roda em todos os Municípios, é um importante instrumento para essa campanha.

Com relação à privatização do Mineirão, já está na hora de levarmos a fundo essa discussão.

Quanto ao fim da cobrança dos estacionamentos nos "shoppings", falava com Reminho, outro dia, que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, não se cobra mais estacionamento nos "shoppings". Aqui, só estamos dependendo de um projeto de minha autoria, que está nesta Casa, para acabarmos definitivamente com essa cobrança. Um "shopping" tem que ter um bom estacionamento e assegurar os carros dos clientes. Mais importante que isso é o não-pagamento do estacionamento.

Solicito também a continuação do contorno da cidade do Serro. Foi feita a primeira manifestação. Estamos conversando com o Secretário, e o Prefeito e os membros da Câmara Municipal estão empenhados, mas o governo do Estado tem que ajudar agora. Iniciou o contorno do Serro e não está acabando. E existe uma enorme subida num bairro que está causando muitos acidentes.

A transferência dos vôos do Aeroporto da Pampulha para o de Confins é uma realidade, questão que começou a ser discutida em uma Comissão Especial presidida por mim. Mas agora precisamos também da transferência dos vôos do Aeroporto do Carlos Prates para o da Pampulha, o que está passando da hora de ser feito e dará maior conforto àqueles moradores.

Sr. Presidente, há mais de 10 anos, afirmo que está na hora de se legalizar o jogo no Brasil. É uma hipocrisia achar que o jogo não existe. Apresentei um projeto de lei nesse sentido, que foi aprovado por esta Casa, mas os nossos amigos do Ministério Público... Os bingos funcionariam sob a guarda da Loteria Mineira, e os cofres do Estado arrecadariam muito com isso. Resultado: veio o Lula e acabou com isso; o Ministério Público foi contrário; no Rio e em São Paulo, o jogo funciona normalmente, com o aval da loteria. Dessa forma, Minas Gerais está perdendo cerca de R\$1.000.000,00 de arrecadação mensal, que poderiam ser aplicados no social.

Quando pedi a legalização do jogo no Brasil, não tinha bola de cristal, nunca tive, mostrava apenas a realidade. Há 10 anos quero legalizar o jogo do bicho, os cassinos, as máquinas, os bingos. Agora chega a notícia de que o relatório final da CPI dos Bingos deverá propor a regulamentação do jogo no Brasil. Deputados, foi necessária uma CPI para se chegar à conclusão a que cheguei aqui há 10 anos! É brincadeira. Será que, durante todos esses anos, ninguém me ouviu? Foi necessário o Lula fazer aquele negócio e o pessoal fazer toda a falcatura para se entender que o jogo ilegal atende a poucos?

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Dr. Alencar, conceda-me um aparte?

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Com prazer.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - V. Exa. sabe quanto custou aquele painel?

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Na época do orçamento do painel, V. Exa. era Secretário.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Não foi você o fundador da TV Assembléia?

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Infelizmente, não sei quanto custou o painel desta Assembléia.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Posteriormente, mostrarei a V. Exa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Obrigado. V. Exa. era Secretário. Posso afirmar-lhe que não sei quanto custou o painel desta Casa, mas posso mostrar a V. Exa. o quanto o Brasil está perdendo com o jogo ilegal. Minas Gerais está perdendo, hoje, mais de R\$1.000.000,00 por mês, por falta da regulamentação dos bingos.

Para terminar, Sr. Presidente, queria deixar bem claro que trabalhamos, durante 10 anos, para a regulamentação do jogo, e agora chega de Brasília uma coisa dessas. É brincadeira!

Agradeço a V. Exa. a paciência. Gostaria de lembrar que, ontem, em Patos de Minas, em uma operação surpresa da polícia, prenderam todo o jogo do bicho. A imprensa divulgou: "A Polícia Militar prende o crime organizado em Minas Gerais". Em Minas Gerais, o crime organizado é contravenção penal.

Se em Patos de Minas houvesse morro com tráfico, se existisse PCC, com certeza a polícia teria com o que se preocupar. Como não há nada disso, preocupou-se com o jogo do bicho da eleitora de V. Exa.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Deputado Alencar da Silveira, peço-lhe a palavra por mais 1 minuto.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Pois não.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Dê uma olhada no teto. Veja que há uma máquina fotográfica giratória. V. Exa. já tinha visto?

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Já.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Serve para captar as imagens do Plenário. Sabe quanto custou?

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - V. Exa. é que tem de falar isso.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Não é da minha época.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Mas o Secretário tem de...(- É interrompido.)

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Agradeço-lhe.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Todas as perguntas que o Deputado Rêmoló Aloise faz hoje - nunca tive oportunidade de fazer parte da Mesa - devem ser respondidas pela Mesa Diretora desta Casa, e não por mim. Tenho certeza de que a Assembléia Legislativa sempre foi administrada com seriedade. Agradeço-lhe.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - V. Exa. foi candidato. Lamentável e democraticamente, ficará para a próxima legislatura.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.\* - Estaremos juntos.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa mineira, povo de Minas Gerais. Ao iniciar meu pronunciamento, manifesto minha grande alegria, pois recebemos o convite do Governador Aécio Neves para inaugurar, amanhã, uma das mais importantes obras realizadas em Minas Gerais nos últimos anos. Refiro-me à construção da Barragem Hidrelétrica de Irapé, localizada entre o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Essa barragem tem uma longa história, que deve ser contada para mostrar a saga de muitos governantes, Deputados, Prefeitos, Vereadores, lideranças que lutaram para que esse empreendimento se concretizasse, trazendo perspectivas de progresso e desenvolvimento para o Norte de Minas e para o Vale do Jequitinhonha.

A história de Irapé começa há mais de 20 anos, quando o primeiro projeto foi concebido. O próprio nome é sugestivo, já que, na época, só se conseguia chegar ao local a cavalo ou a pé. Por isso a barragem recebe o nome Irapé. Não havia estradas; logo, era impossível realizar estudos. Portanto, foi muito difícil dar início aos projetos que viabilizaram a concretização do referido empreendimento.

Por volta de 1996, após vencer resistências, depois de mais de 10 anos de estudos sobre impactos ambientais e de ter sido feito um exame pormenorizado, tivemos os primeiros embates. Com certeza não teremos uma análise tão rica de detalhes, como a feita pela Cemig em Irapé. Esse estudo durou mais de 10 anos. Na época, tivemos uma verdadeira guerra, uma luta para obtermos as licenças ambiental, de instalação e de operação. Inúmeras audiências públicas foram realizadas ao lado das margens direita e esquerda do Rio Jequitinhonha.

Em 1996, na cidade de Cristália, participamos de uma dessas audiências, da qual pretendo falar. Já se passaram, portanto, 10 anos. Na época, conseguimos reunir mais de 3 mil pessoas ligadas à construção da Barragem de Irapé.

Com a grande imprensa mineira de Belo Horizonte e de Montes Claros, todos os Prefeitos do Norte de Minas e do Jequitinhonha, que tinham influência sobre Irapé, conseguimos reunir, em uma grande tenda, mais de 3 mil pessoas. Ali tivemos movimento puro e exercício pleno da democracia, pois ouvimos representantes dos atingidos de Irapé, a Pastoral da Terra e movimentos religiosos ligados às igrejas evangélicas, Vereadores, Prefeitos, Deputados. Conseguimos sair de Cristália com a aquiescência da licença ambiental, dada em seguida.

Chamo atenção e rendo as minhas homenagens ao companheiro Evaldo Jener, ex-Prefeito de Cristália, que muito lutou com Vereadores, Lideranças dessa cidade e de Botumirim e o nosso companheiro José Maria de Fátima, Prefeito à época, conhecido como Zé Rico. A partir da integração entre Cristália e Botumirim, conseguimos a determinação histórica de se conceder a licença ambiental e de se iniciar a construção de Irapé.

Posteriormente, tivemos um embate jurídico porque a Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, alegou que, às margens do Rio Jequitinhonha, na localidade de Porto Coris, havia um remanescente de quilombo. A Constituição brasileira não permite que se faça o deslocamento dos quilombos reconhecidos pela história. Foi uma ducha de água fria às pretensões de Irapé. Contratamos estudos históricos e jurídicos da UFMG e da Unicamp e conseguimos provar que os negros que existiam ou que ainda existem em Porto Coris eram remanescentes pós-Lei Áurea, ou seja, não se caracterizavam verdadeiramente como quilombolas.

No caso, a Cemig se prontificou a fazer uma mudança fiel de toda aquela localidade com todas as pessoas, inclusive transportando pedra sobre pedra de uma igreja católica centenária que havia em Porto Coris. A igreja foi artisticamente desmanchada e reconstituída em outra área, mas as características originais foram preservadas. Foi uma luta que amanhã será coroada pelo êxito da inauguração de Irapé.

Seria injustiça eu não citar a participação do ex-Governador Itamar Franco, que demonstrou grande sensibilidade. S. Exa., mesmo vivendo uma desavença muito grande com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, apresentou uma postura muito digna de louvor quando deixou de lado as diferenças com o então Presidente da República e tomou, em suas mãos, a construção da Barragem de Irapé.

O Governador Aécio Neves, em três anos de governo, encaminhou, apenas a esta Casa, vários projetos suplementares honrando as contrapartidas do governo de Minas na construção de Irapé. Amanhã, quando S. Exa. acionar o início da geração de energia da barragem da integração norte-mineira, com certeza, trará grande expectativa e oportunidade de desenvolvimento ao Norte de Minas e ao Vale do Jequitinhonha.

Essa é a história de Irapé. Neste momento, não poderia esquecer os 10 anos de luta e as vezes em que subi a esta tribuna para defender a realização desse empreendimento para o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha.

Talvez essa barragem traga o benefício da energia elétrica, pois a falta de energia afugenta a iniciativa privada e as grandes empresas de construírem suas empresas no Norte de Minas. Isso ocorre até mesmo conosco, que pertencemos à área mineira da Sudene. Várias empresas não conseguiram chegar até o Norte de Minas e o Jequitinhonha por falta de energia. Uma grande empresa de celulose estava prestes a se instalar em Grão Mogol, mas o estudo técnico constatou que não tínhamos - e ainda não temos - condições de gerar energia suficiente. Dessa forma, essa empresa foi instalada em outra região.

Essa energia captará o recurso da iniciativa privada, trazendo indústrias, gerando emprego e renda. A partir da geração de energia de Irapé, escreveremos outra história. Situada no meio das montanhas, com um clima extremamente aprazível, proporcionará as mais belas paisagens do Norte de Minas. Irapé também captará os recursos da iniciativa privada para o turismo. Projetos de irrigação serão assentados naquela região, não só beneficiando a iniciativa privada, como também o governo federal e o governo do Estado. Assim será possível fazer o assentamento de famílias desse badalado programa de reforma agrária, que, infelizmente, não sai do papel devido à morosidade. Essa demora proporciona cenas de violência e vandalismo, como a que ocorreu ontem em Brasília, no Congresso Nacional. Como o governo federal demora a concretizar esse projeto de assentamento rural, gera impaciência nas pessoas que não têm acesso à terra.

O desenvolvimento trará estradas para a região do Norte de Minas, gerando emprego e renda para Grão-Mogol, Botumirim e Cristália, Municípios pobres que precisam dos recursos que Irapé irá gerar para a região do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Com esses recursos suplementares, os Municípios poderão investir na saúde, na educação e na construção de estradas. É essa a grandiosidade de Irapé. É

essa a Irapé que estamos declamando em verso e para a qual estamos lutando durante mais de 10 anos. Amanhã teremos a oportunidade histórica de ver concretizada essa grande obra, esse grande sonho.

Não poderia deixar de aplaudir a posição da Cemig e de seus ex-Diretores e também a do atual, Dr. Djalma, que tem realizado um grande trabalho, dando a prioridade de que Irapé precisa e que merece. No processo de assentamento das famílias dos atingidos, que saíram às margens do Jequitinhonha, a Cemig foi de uma competência e um profissionalismo como pouco se viu em toda a história brasileira, levando os assentados para terras férteis, construindo casas, escolas, fornecendo transporte escolar, construindo postos de saúde e ajudando os Prefeitos que receberam esses imigrantes de Irapé.

Homenageio a Cemig pela competência, pelo profissionalismo, pelo carinho com os assentados de Irapé, que saíram de seus locais de origem e foram para outros Municípios. Cumprimento o "Jornal de Notícias", de Montes Claros, um órgão valoroso que, há dez anos, faz tremular a bandeira de Irapé. Cumprimento o Diretor-Presidente do "Jornal de Notícias", o jornalista Edgar Pereira, que, muitas vezes, escreveu várias reportagens e editoriais mostrando a importância de se priorizar Irapé.

Dois jornalistas desse jornal mostram a importância de Irapé: o Benedito Said escreve uma coluna sobre o desenvolvimento do Norte de Minas praticamente todos os meses, sempre situando a usina como marco de progresso; e o Hélio Machado, na sua coluna política e de desenvolvimento regional, também não se cansa de fazer apologias à construção dessa usina.

Neste momento, quero cumprir mais uma missão. Pela última vez, em mais de 10 anos de uso desta tribuna, estamos comemorando. Podemos brindar a inauguração de Irapé; podemos considerar o nosso trabalho concluído. Depois, faremos um grande levantamento da nossa atuação desta tribuna nesse período. Companheiro Dalmo, durante 10 anos, mostramos aqui que o Norte de Minas, a nossa região e o Jequitinhonha só têm vez no processo de desenvolvimento quando há seriedade e competência na implantação desses grandes projetos. Portanto, Irapé é uma conquista do povo de Minas Gerais; Irapé é uma conquista do Governador Aécio Neves; Irapé é uma conquista, com muito orgulho, do povo norte-mineiro e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Parabéns aos construtores de Irapé; parabéns, Minas Gerais, por mais esse gesto e exemplo de competência na gestão do nosso Estado e na responsabilidade do trato público. Muito Obrigado.

\*- Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes - Caro Presidente em exercício, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembléia; é evidente que hoje cada cidade, casa ou sala de aula deste Estado comenta, com espanto, as cenas ocorridas ontem no Congresso Nacional, em Brasília. É evidente que esse espanto tomou de assalto cada um de nós. Nunca imaginávamos que a Casa que representa as aspirações do povo pudesse ser depredada e absolutamente destruída, num ato sem qualquer racionalidade. Digo isso porque, ao longo da minha vida, acompanho a luta do povo por melhores condições de vida, quer seja por meio de manifestações nas ruas, quer seja por meio de greves e paralisações nas empresas e escolas, quer seja nas fazendas. Nesse largo período de experiência, aprendi algo: realizar a luta é uma ciência. Não basta que eu saia, aos trancos e barrancos, pelas ruas deste País, com um grito de revolta, porque minhas reivindicações não estão sendo atendidas. Para que haja conquistas, é preciso clareza nas reivindicações. Quem se dirige aos Poderes e às instituições precisa deixar claro o que quer. Mas a luta precisa também de uma soma de forças, de uma mobilização e, mais do que nunca, de aliados que possam somar-se ao desespero de cada um para conquistar seus direitos.

A luta pela terra no nosso país é histórica - diria, de 500 anos -, diferentemente de outros países. Nos Estados Unidos, a distribuição e a democratização do acesso à terra aconteceram há mais de 200 anos. E nos países da Europa, a democratização do acesso à terra, há mais de 100 anos. Há 500 anos, buscamos dar oportunidade aos que verdadeiramente desejam produzir e ter acesso à terra.

Faço essa ressalva para que não misturemos as questões da justa reivindicação com os que querem produzir ato de vandalismo e de violência, como ocorreu ontem no Congresso Nacional. Sabemos que a reforma agrária, os avanços e o direito à terra têm sido lentos neste país. A busca de acelerar os assentamentos ocorre à custa de muita mobilização dos que lutam pela terra. Não ganharam aqueles que lutam pela terra, não ganhou a democracia com o que ocorreu ontem em Brasília. O ato de violência e vandalismo contra uma instituição, o Congresso Nacional, que representa a sociedade brasileira, apesar das mazelas e dos erros cometidos, fere não só a democracia, mas também a luta pela terra. Os que realizaram aquela violência e agressão contra servidores que estavam no exercício das suas funções e outros trabalhadores, causando-lhes até traumatismo craniano, criaram uma imagem deformada da luta pela reforma agrária e trouxeram prejuízos aos legítimos movimentos.

Caros Deputados e caras Deputadas que nos ouvem em seus gabinetes, compreendemos que hoje a sociedade brasileira vive uma situação de instabilidade institucional. Se destruímos as instituições que existem neste país, as instituições democráticas que representam e organizam a sociedade, quem fortaleceremos? Gostaríamos de saber isso. É evidente que, ao destruir uma instituição legal neste país, fortalecer-se-ão o comando do Marcola e o crime organizado, que se articula, golpeando a legitimidade e a credibilidade das instituições para comandar um país cujas mazelas sociais são históricas e prolongadas.

Choca-me muito transformar o acontecido de ontem em disputa político-eleitoral. Devemos compreender que o Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara, que é do meu partido, agiu corretamente. Não poderia deixar que a força policial militar entrasse naquela casa, que tem a segurança para protegê-la. Ali era desautorização do poder parlamentar. Todavia ele tomou a medida necessária para preservar a instituição e penalizar os que irresponsável e inconseqüentemente promoveram aquele ato. O Presidente da Câmara dos Deputados se pronunciou, e o meu partido soltou uma nota. Essa casa tem de ser a da interlocução com a luta do povo, a que recebe os movimentos sociais. Nada pode cercear o acesso desses movimentos a ela.

Não poderíamos imaginar que, ao abrir mão do poder de disciplina que a própria Casa tem, transferindo-o para as forças policiais, experimentaríamos um incidente de tamanha gravidade. Não temos noção do que seria um confronto de cuja radicalização poderia vir o derramamento de muito sangue.

É por isso que quero dizer à população que nos escuta que não podemos confundir democracia com a quebra e com a desmoralização das instituições desta República. Isso não significa criar uma alternativa para realizar uma reforma política que as aperfeiçoe. Essa reforma não foi feita neste ano pela intensificação da disputa eleitoral rebaixada, impedindo que aquelas instituições votassem projetos fundamentais para a sociedade brasileira. Reformá-las e aperfeiçoá-las significa criar mecanismos que impeçam que a corrupção se impregne naquelas instâncias e que permitam que o Orçamento da União, os mecanismos de implementação desses orçamentos e das emendas orçamentárias sejam controlados e seja feito um absoluto ajustamento para se evitar a corrupção.

Ao se combater a corrupção, ao se querer o aperfeiçoamento das instituições, não se pode permitir que se desmoralize aquilo que representa o arcabouço do Estado Democrático. Houve um tempo, e fui refém dele, em que, quando as instituições foram quebradas, os tanques e os canhões das forças armadas, que não vemos mais, impuseram o poder do Estado. Hoje não temos essa alternativa. Ainda bem que as forças armadas compreenderam o seu papel de defesa da Nação, da segurança da sociedade, e não de ataque às instituições ou à sociedade brasileira.

Hoje, ao quebrar as instituições, no meu entender, estamos fortalecendo um processo que está, pouco a pouco, crescendo, do qual o Estado de São Paulo recentemente foi refém. Quem não se preocupou, quem não se estareceu ao acompanhar o ocorrido no Estado de São Paulo, em

que, durante dois dias, o crime organizado estabeleceu a dinâmica da maior cidade da América Latina, instaurando o terror de rua, ameaçando e matando agentes da segurança pública e levando à rebelião cronometrada de presídios? Isso é uma ameaça, sim!

Para enfrentar o crime organizado, precisamos estabelecer um projeto político de defesa do Brasil, um projeto em que a segurança pública não seja uma disputa entre as instâncias, mas sim uma rede de integração, de parceria das forças armadas, da União, das Polícias dos Estados, das guardas municipais dos Municípios e da sociedade organizada, que busca minimizar as mazelas sociais que a sociedade brasileira enfrenta.

Concluo dizendo que temos de ter responsabilidade institucional, social, sobretudo, histórica de defender as instituições democráticas deste país.

Com todas as mazelas, temos o 3 de outubro, quando a população brasileira dará o troco para quem não respondeu aos compromissos com os interesses públicos, sociais e os interesses da república brasileira. É possível dar o troco, ir às ruas e levantar bandeiras, conchamar os poderes públicos para que abram seus cofres, para agilizar o processo de reforma agrária, implementar uma política habitacional, fazer com que mais recursos sejam destinados às escolas públicas e à saúde pública. Tudo isso é possível, mas não podemos destruir as instituições, transformando o poder de fato em crime organizado sob a presidência de Marcola, que queremos ver punido para que a sociedade se preserve social, política e moralmente.

O Deputado Padre João\* - Presidente desta reunião, Deputado Gustavo Valadares, nobre companheira camarada Jô, saudação a todos que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia. Eu, Deputado Padre João, e o Deputado Laudelino Augusto temos procurado acompanhar de perto as construções de barragens no Estado de Minas Gerais com o fim de produzir energia elétrica. Com a ameaça de um apagão, existe uma sintonia em tentar construir, no imaginário do povo, argumentos para que todos sejam grandes defensores das hidrelétricas, mas sem conhecerem o custo disso. Prevêem um apagão para 2010. Sabemos que está sobrando muita energia elétrica. Não estou contrário aos empreendimentos, mas à forma como são feitos. Já tivemos leis que ficaram inócuas porque justamente os artigos que vinculavam as licenças, seja prévia, seja de instalação ou de operação, para cumprimento do programa de assistência social, foram vetados, e não conseguimos derrubar os vetos. Já estão celebrando a instalação da Usina Hidrelétrica de Irapé. O Governador mandou para esta Casa um pedido de autorização de R\$30.000.000,00 para o reassentamento das mais de 600 famílias atingidas pelo empreendimento de Irapé. Quando veio essa mensagem, indaguei: que reassentamento? Onde serão feitos esses reassentamentos? São mais de 80 reassentamentos. Numa audiência pública requerida por mim e pelo Deputado Laudelino Augusto, ficamos chocados com a afirmação da própria Cemig de que aqueles R\$30.000.000,00 já haviam sido utilizados e serviriam simplesmente para quitar o que já havia sido gasto.

Isso para nossa surpresa e, ao mesmo tempo, indignação. Por que apenas agora, depois de ter gasto R\$30.000.000,00, o Governador pede a esta Casa autorização? O dinheiro já foi gasto, e, o que é pior, os problemas persistem.

Lá temos reassentamentos em que o abastecimento de água está sendo feito por caminhões-pipa. Isso é um escândalo. E o problema é crônico. Temos aqui um relatório que nos foi repassado detalhando tudo que está ligado à ONG Campo Vale. (- Lê:)

"Na comunidade de Janaúba, Francisco Sá e Cristália, o sistema de abastecimento de água foi construído, mas não opera com regularidade, uma vez que a água que abastece a comunidade tem alta concentração de calcário. Para que fique própria para o consumo, é necessário, diariamente, ser tratada com sal, o que não ocorre. A cada 135m<sup>3</sup> de água, são necessários 145kg de sal, porque a alta concentração de calcário ocasiona o entupimento do cano, etc".

Quem continuará fazendo esse tratamento de água? Será que isso não custará muito para aquelas famílias reassentadas que não têm ainda um plano de reativação econômica? Essas famílias foram deslocadas para inúmeros Municípios diferentes. Pessoas que ali conviviam há 40 ou 50 anos, com uma ligação afetiva e o hábito de apoiarem-se uns nos outros - tinham a liberdade de pegar emprestado o sal, o óleo ou o arroz que faltavam -, foram esparramadas para todas as áreas. No Município de Cristália: Comunidade de Santa Cruz, Almeida, Bem Querer, Piedade, Conjunto Alvorada, Gangorrinha, Camargos; no Município de Botumirim: Bela Vista, Fazenda Bom Jesus e Fazenda Gilu, Córrego Fundo; no Município de Janaúba, a quilômetros de sua origem: Comunidade Muquem, Terra Nova, Riacho Fundo. Temos ainda os Municípios de Grão-Mogol, de Turmalina, de Francisco Sá, de Itacambira, de Montes Claros, de Engenheiro Dolabela e de Capelinha.

Como se não bastasse essa desagregação e o rompimento das famílias com sua cultura, sua história e suas relações sociais, elas não têm acesso à água nem à escola. Em algumas dessas comunidades, desde fevereiro as crianças estão sem escola, o que é crime. Um colega Deputado disse que eu exagerei ao falar em crime, mas isso é realmente um crime, porque o estatuto do direito da criança considera um dever as crianças estarem na escola, essa é uma responsabilidade dos pais e do poder público. No caso, não se trata de uma irresponsabilidade dos pais, pois a desapropriação atropelou as famílias.

O problema é da Cemig, que está ligada ao governo do Estado, ou seja, a responsabilidade por essas crianças estarem sem escola é da Cemig e do governo.

As estradas e pontes não foram construídas, o que está inviabilizando a ida das crianças para a escola. A inauguração da Usina Hidrelétrica de Irapé é um absurdo, pois não houve o mesmo compromisso com o reassentamento, ou seja, a construção de casas, escolas, postos de saúde, estradas, abastecimento de água e energia elétrica.

As famílias foram removidas para permitir a produção de energia elétrica, porém parte delas está sem energia. Isso é uma contradição. Houve um compromisso, junto à Procuradoria Federal, de que seriam instalados telefones. As pessoas estão isoladas. Ressalvo que não são em todos os reassentamentos, mas boa parte não tem água - isso para não pensar em telefone, que seria um luxo na concepção de muitos.

O direito dessas pessoas está sendo violado, agredido. Ao ir para a inauguração, o governo deveria ter, pelo menos, a sensibilidade de checar junto à Cemig se o plano de reassentamento - moradia, água, escola, luz, telefone, saúde - foi executado; entretanto, percebo que o compromisso com a pessoa, com o ser humano, é muito pequeno. Agora está ocorrendo uma audiência pública, na Comissão de Meio Ambiente, para se discutirem os salários dos servidores do IEF, do Igam e da Feam, os quais estão defasados há 11 anos. Mesmo com o plano de carreira, em alguns casos o aumento ainda pode demorar mais três anos.

O respeito ao servidor e a valorização da pessoa são muito pequenos por parte do governo, para não dizer que praticamente não existem. Ao mesmo tempo, é assustador constatar quanto o IEF arrecada. Como se as empresas ligadas à Secretaria de Agricultura e as fundações e autarquias ligadas à Secretaria de Meio Ambiente tivessem como finalidade primeira arrecadar, e não prestar um serviço à sociedade, ao povo de Minas Gerais. Qual é a motivação de um servidor do IEF, do Igam e da Feam, ao ver seu salário cada vez mais minguado? Ao mesmo tempo, ele tem de fiscalizar, ser o ator principal da arrecadação.

Fica nosso apelo aos colegas Deputados, sobretudo da base do governo, e às Secretarias de Fazenda, de Planejamento e Gestão e de Meio Ambiente, para que haja um esforço conjunto para valorizar os servidores ligados ao meio ambiente, especialmente os da Feam, do Igam e do IEF.



Água é fonte de vida, esse é um consenso universal. Portanto os guardiães da vida são esses homens e mulheres que estão no IEF, na Feam e no Igam. A qualidade da terra, das matas e das águas é a garantia de abastecimento não só para Minas Gerais. Se o abastecimento em nosso Estado for comprometido, prejudicaremos também outros Estados. Esses homens e mulheres devem ser valorizados, senão a vida, não só hoje, mas nos próximos 10, 100, 300 anos, estará comprometida.

Nosso apelo às Secretarias de Planejamento e Gestão, de Fazenda e de Meio Ambiente é para que valorizem seus servidores. Quando o governo tem interesse, faz as coisas em 24 horas. Não será nada de mais, nem será um favor se, antes do dia 20/6/2006, conceder o reajuste solicitado e adequar a tabela salarial dos servidores. Obrigado.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, mais uma vez vou bater na mesma tecla do valor excessivo da conta de energia elétrica, cobrado pela Cemig em Minas Gerais. Só no governo Aécio Neves, a conta de energia elétrica teve aumento de 100%. Uma manchete do "Estadão" do dia 31/5/2006 diz que a energia elétrica é 42% mais cara em Minas Gerais do que em São Paulo. Nossa energia é uma das mais caras do Brasil, só perdendo para um Estado. Outra notícia, do dia 1º/6/2006, diz que a energia da Cemig é a 2ª mais cara do País. Dos 27 Estados da Federação, Minas é um dos que mais arrecadam, cobrando uma tributação muito pesada das pequenas empresas, e é o Estado que pior remunera seus servidores da educação e da saúde. Hoje, no jornal "Estado de Minas", uma matéria diz que a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais sofre a pior valorização entre todos os Estados da Federação. Os servidores das superintendências de ensino estiveram nesta Casa, lutando e reivindicando. Os salários em Minas são os menores do País. Os servidores do IEF estão, nesta Casa, participando de uma audiência pública, em que reclamam os baixos salários.

O Estado de Minas está arrecadando bem e aumentando sua receita. O Governador alardeou o déficit zero, aumentou o valor da conta de energia elétrica em 100%, e nossa tarifa de água é uma das mais caras do País - costume dizer que a água da Copasa vale como o vinho. Além disso, o IPVA para motos e carros aumentou astronômicamente. O Governador queria cobrar taxa até para chamar a polícia, o que impedimos, assim como impedimos a cobrança da taxa de incêndio para residências. Infelizmente o Governador conseguiu aprovar a cobrança da taxa de incêndio para o comércio e a indústria, mas entramos na Justiça.

O cidadão não pode ficar tão prejudicado. Ele não compreende como vive em um Estado que arrecada tanto, mas que investe tão pouco nas áreas sociais, e que valoriza tão mal os seus servidores.

Enquanto isso, as pequenas empresas e o povo pagam a conta, subsidiando as grandes empresas. Em Minas Gerais, as grandes indústrias pagam apenas 18% de ICMS, e os pequenos comércios subsidiam a energia elétrica. O cidadão comum paga um terço de imposto na conta de luz, que vai para os cofres públicos do Estado.

Se a tarifa for R\$100,00, o cidadão paga um terço, 30%, ou seja, R\$130,00. Sobre esse valor, calculam-se os 30%, que, na verdade, representam 42% ou 43% a mais. Portanto temos de mobilizar-nos e lutar para transformar essa realidade no Estado de Minas Gerais. Há muitos servidores passando fome. Servidores da área de segurança pública - policiais civis e militares - estão sem condições de trabalho. Aqui é um dos poucos Estados onde não se reconhece o auxílio-periculosidade para os profissionais da segurança pública.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/6/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Márcio Passos

exonerando De Marie Dornelas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Daniella Fernandes Lara Mol para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2006

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2006

Em 12/6/2006, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretario da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decidem pela revogação do Pregão Presencial nº 25/2006, que tem como objeto a contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com fundamentação no art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e em vista das razões contidas no Parecer nº 4.825/2006, exarado pela Procuradoria Geral da Assembléia Legislativa e na Ata nº 79 da Comissão Permanente de Licitação, datada de 12/6/2006.

Mauri José Torres, Presidente - Antônio Andrade, 1º-Secretário.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Cultural Banda Face de Deus. Objeto: doação de 1 microcomputador Zenith. Licitação: dispensada.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - de Várzea da Palma. Objeto: doação de 1 microcomputador Zenith. Licitação: dispensada.